



PLANO DE EXTENSÃO DA UNIDADE - PEX

O PRESENTE PLANO TEM RESPALDO LEGAL NAS SEGUINTE NORMATIVAS:

Normativas:	1 - Resolução nº 07/2018 - CNE/MEC 2 - Resolução nº 25/2019-CONSUN/UFU 3 - Resolução nº 5/2020 - CONSEX/UFU 4 - Resolução nº 6/2020 - CONSEX/UFU 5 - Resolução nº 6/2017 - CONSUN/UFU 6 - Resolução nº 39/2022 - CONGRAD/UFU 7 - Resolução nº 1/2014 - CONINHIS/UFU 8 - Resolução nº 2/2014 - CONINHIS/UFU 9 - Resolução nº 17/2022 - CONINHIS/UFU
-------------	--

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Nome da Unidade:	INSTITUTO DE HISTÓRIA	
Cursos Oferecidos na Unidade (Descrever todos os cursos oferecidos pela Unidade: ensino básico, técnico, graduação e pós-graduação)	Áreas do Conhecimento (CNPq)	
Graduação: História Licenciatura	Ciências Humanas	
Graduação: História Bacharelado	Ciências Humanas	
Graduação: História Licenciatura e Bacharelado	Ciências Humanas	
Pós-graduação: Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)	Ciências Humanas	
Pós Graduação: Mestrado em História (PPGHIS)	Ciências Humanas	

2. APRESENTAÇÃO GERAL DO PLANO DE EXTENSÃO DA UNIDADE - PEX

Apresentação geral da extensão na unidade:
<p>O Plano de Extensão do Instituto de História (PEX-INHIS) é um documento orientador e de referência da organização da Extensão no Instituto de História, conforme definido na Resolução nº 5 de 2020, do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Seu objetivo central é apresentar as características extensionistas do Instituto de História (INHIS), demonstrando as concepções filosóficas, educacionais e políticas da proposta da extensão, além de orientar e estabelecer metas para o desenvolvimento das ações na unidade para os próximos cinco anos.</p> <p>O resultado aqui apresentado é fruto de um esforço coletivo da COEXT-INHIS, entre coordenadores/as e conselheiros/as que atuaram nos últimos quatro anos à frente da extensão no Instituto de História, em colaboração com a comunidade interna: docentes, técnicos/as administrativos/as e discentes, e da comunidade externa: instituições parceiras, ONGs, coletivos e associações da sociedade civil organizada.</p> <p>O documento traça um panorama de possibilidades extensionistas, ancoradas no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e apresenta um conjunto de metas a serem desenvolvidas nos próximos cinco anos pela COEXT-INHIS, detalhando as ações desenvolvidas e colocando em perspectiva os principais desafios a serem vencidos para a ampliação e consolidação da extensão no Instituto de História.</p> <p>O INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS</p> <p>O curso de História é um dos mais antigos da Universidade Federal de Uberlândia. Criado em 1964, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 11/67, decreto nº 62.221, de 05/02/1968, e incorporado à UFU no ano seguinte, pelo decreto-lei nº 762 de 14/08/1969, alterado pela lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978. A</p>

primeira turma ingressou no início de 1966 e, desde então, jamais cessou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de inúmeros profissionais da área de História e afins que atuam em diversas instituições espalhadas por todo o país.

Os primeiros anos de atividade do Curso de História ocorreram durante o período de acirramento da ditadura civil-militar, implantada a partir do Golpe de Estado de 1964, que instituiu pelo Decreto nº 547/69 os cursos de curta duração no país. Em 1972 foi criado na Universidade Federal de Uberlândia o curso de Estudos Sociais - Licenciatura Curta. O ingresso se dava por meio de vestibular para os cursos de Estudos Sociais, História e Geografia. Contudo, a partir de 1974, a seleção dos alunos passou a ser realizada apenas para o curso de Estudos Sociais, com a possibilidade, ao término dessa Licenciatura Curta, de complementação para os cursos de Licenciatura Plena em História ou Geografia. Com o processo de redemocratização, em 1984, o Colegiado dos Cursos de Estudos Sociais, Geografia e História apresentou uma proposta de extinção do Curso de Estudos Sociais e a abertura de concurso vestibular direto para a Licenciatura Plena em História, o que ocorreu a partir de 1985.

Ao final da década de 1980 o recém-criado Curso de História passou a se estruturar institucionalmente como um Departamento de História, abrigando o curso de graduação em História, que conferia o diploma de bacharel, com a opção de uma complementação de créditos específicos para a titulação de licenciatura em História. Nesse período, órgãos importantes e duradouros de pesquisa e extensão foram criados dentro do Departamento de História, como o Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), o Laboratório de Ensino em História (LEAH) e o Museu do Índio.

A década de 1990 foi um período de grande investimento na qualificação do corpo docente, muitos puderam se licenciar para o mestrado e doutorado. Nesse período também foram realizados concursos públicos específicos para a área de História e, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, tornou-se obrigatório a formação superior para o exercício da docência. Os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram duros anos de neoliberalismo com o avanço sobre a terceirização de servidores técnico-administrativos e docentes e com a ausência de concursos para a reposição de profissionais.

A partir de 1998, com a criação dos cursos de pós-graduação, mestrado e, logo em seguida, doutorado acadêmico, o Departamento de História constituiu-se como um Instituto. Esse novo formato permitiu abrigar uma melhor estruturação das atividades acadêmicas. Nesse período houve a ampliação de laboratórios e núcleos de pesquisa e um fortalecimento de áreas específicas do conhecimento histórico com a criação de linhas de pesquisas em sintonia com os projetos dos professores-pesquisadores. Além disso, o Instituto de História passou a ofertar mais de uma graduação no período matutino, ao mesmo tempo que o ingresso se tornava anual e a partir unicamente do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A primeira década dos anos 2000 foi um período marcado pela reestruturação da universidade pública brasileira, após o desmonte promovido nos anos anteriores. Não casualmente, esse momento coincidiu com a consolidação da pós-graduação no INHIS. A publicação de dissertações e teses cujas temáticas lançavam um olhar acadêmico sobre as questões locais e regionais se ampliaram. Além da temática regional, muitos outros temas foram explorados, marcando a produção acadêmica do Programa de Pós Graduação em História (PPGHI) no cenário nacional, com a participação intensa de docentes e bolsistas em congressos e simpósios da área. A produção de pesquisas em nível de pós-graduação se fortaleceu ainda mais com a estruturação e ampliação de laboratórios e Núcleos de Pesquisa.

Ao longo desses pouco mais de vinte anos de criação do PPGHI, uma ampla e variada produção de projetos de pesquisa e extensão foram desenvolvidos. A constituição dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos ampliou a área de abrangência do INHIS, atraindo pós-graduandos de diversas regiões do país.

Em sua configuração atual, o INHIS possui três cursos de graduação em funcionamento, um que oferece dupla habilitação em História, Licenciatura e Bacharelado (PPC/2013), já em fase de finalização, e outras duas graduações em História, com titulações específicas para a área de Licenciatura e de Bacharelado. Esse atual formato da graduação, com cursos distintos, está previsto nos PPC's aprovados em 2018.

O curso de Licenciatura em história define a formação de um profissional cujo perfil seja de um professor e historiador, direcionado:

(...) à educação, à investigação, à reflexão, à crítica, à difusão de conhecimentos históricos, à preservação e à gestão do patrimônio histórico, artístico e cultural das sociedades humanas na perspectiva do ensino-aprendizagem na educação básica, bem como ao planejamento, à execução, ao acompanhamento e à avaliação de políticas, projetos e programas educacionais, à elaboração, à implementação, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação do projeto pedagógico das instituições escolares. (PPC Licenciatura/2018)

Enquanto o curso de bacharelado, por sua vez, oferece uma formação

(...) cujo foco de atuação profissional direciona-se, sobretudo, à reflexão, à crítica, à pesquisa, à produção e à difusão de conhecimentos históricos, estabelecendo diálogo com as demais áreas

do conhecimento das humanidades e trabalhando para o atendimento de demandas sociais como as relativas às políticas de preservação de documentos, produção e gestão de acervos em centros culturais, arquivos e museus, assim como às de preservação e gestão do patrimônio histórico e cultural. Sua atuação interage, mas não se confunde, com a de outros profissionais como o museólogo, o arquiteto, o arqueólogo, o restaurador ou o arquivista. (PPC/Bacharelado/2018)

Os cursos de graduação contam com uma estrutura administrativa colegiada, composta por: presidente/a, vaga ocupada pelo/a coordenador/a dos cursos, três representantes docentes e dois representantes discentes. No final de 2021, esses dois cursos passaram pela sua primeira avaliação junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE). Mesmo tratando-se de suas primeiras avaliações, esses currículos já estão sendo reformulados para a adequação da carga horária de ensino para a inclusão de 10% do total de horas dedicadas a atividades de extensão, tal como previsto na política de extensão vigente, Resolução CNE 07/2018; Resolução CONSUN 25/2019, entre outros dispositivos que regulamentam as ações de extensão como obrigatórias para todos os cursos de graduação no país.

A pós-graduação oferecida pelo INHIS constitui-se em dois programas, o PPGHI e o PROFHISTÓRIA, o primeiro oferecendo o mestrado acadêmico e o segundo o mestrado profissional³. O Colegiado do PROFHISTÓRIA (CAL) indicou a previsão de abertura de um doutorado profissional, com edital de ingresso a partir do ano de 2022. Destacamos ainda o esforço, por parte do Colegiado do PPGHI, na reestruturação do doutorado acadêmico, que foi desativado em 2018.

ÓRGÃOS VINCULADOS AO INHIS

O INHIS conta com uma importante estrutura de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, composta por um centro de documentação, seis laboratórios, sete núcleos de pesquisa e uma empresa júnior.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA (CDHIS)

O CDHIS foi criado em 1985 com o objetivo de preservar a memória histórico-social da cidade e região, estimular e dar apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na área de História, este centro abriga diversos setores tais como: o laboratório de restauro de papéis, o de arquivo, o de educação patrimonial e o Núcleo de Estudo de Gênero e Pesquisa Sobre a Mulher - NEGUEM.

Com 800m² e contando com a infraestrutura necessária para a realização de suas atividades, o CDHIS tem disponibilizado ao público diversos instrumentos de pesquisa como inventários, guias e catálogos de suas coleções documentais organizadas, mais de 26.000 fotografias e 15.000 discos, servindo como base de consulta para discentes, docentes e pesquisadores interessados na história do Brasil, particularmente na história local e regional. Para divulgação desses trabalhos, esse centro publica semestralmente os Cadernos de Pesquisa do CDHIS e a Revista Caderno Espaço Feminino, servindo como forma de intercâmbio com outras instituições congêneres do país e do exterior.

O CDHIS abriga todos os processos crimes relativos à cidade de Uberlândia, de fins do século XIX até 1995. Esses processos têm sido usados nos trabalhos de monografia, iniciação científica e dissertações de mestrado constituindo um suporte documental fundamental para a área de História. De acordo com o convênio feito com a Universidade Federal de Uberlândia esse acervo é realimentado anualmente quando o Fórum da Comarca de Uberlândia repassa ao CDHIS mais um ano de processos crimes, respeitando o período de 20 anos em que eles devem permanecer no Fórum.

Outros acervos integrantes do CDHIS são: várias coleções de fotografia sobre Uberlândia e região; coleções documentais relacionadas à história política regional; documentos da história sindical dos trabalhadores da cidade e da região; documentos relativos à história da educação; vídeos sobre a história da cidade; mapas; documentações oficiais publicadas pelo IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); jornais e revistas nacionais e regionais; importante acervo discográfico provenientes de doações das rádios Educadora e Difusora de Uberlândia, do período de 1930 a 1970; material didático relativo aos 500 Anos do Descobrimento produzidos pela Comissão Portuguesa; e outros. O CDHIS tradicionalmente subsidia atividades de ensino, de graduação e pós-graduação.

Os vários acervos documentais têm sido utilizados na elaboração de projetos de pesquisa, monografias, trabalho de conclusão de curso e produtos diversos da história. O CDHIS passará a abrigar, tão logo comece a vigorar este projeto pedagógico, o Laboratório de História, Memória e Patrimônio, que terá como objetivo primordial, dar suporte às atividades do estágio de Bacharelado. A infraestrutura e o *know-how* presente no CDHIS há décadas oferecem condições para o subsídio qualificado de atividades relacionadas ao patrimônio histórico regional.

LABORATÓRIOS

O INHIS abriga seis laboratórios devidamente regulamentados, todos com salas próprias e equipados com mobiliário e recursos de informática, tais como: computadores, impressoras, scanners,

softwares específicos, estando ainda conectados à rede Internet que, por sua vez, se conectam à biblioteca central, estando, assim, interligados a uma ampla rede de dados.

Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História - LEAH: É um dos laboratórios mais antigos do INHIS, criado em 1982. Seu objetivo é promover a reflexão teórica, a pesquisa e a experimentação de metodologias de ensino de História, integradas a projetos de extensão do Instituto. OLEAH desenvolve várias atividades voltadas ao aprimoramento da qualidade do ensino de História, acompanhando o desenvolvimento das escolas de Ensino Fundamental e Médio em Uberlândia e Região. Inúmeras atividades de extensão estão vinculadas a esse laboratório que promove importantes debates sobre o ensino de história.

Laboratório de Pesquisa em Cultura Popular e Vídeo Documentário - DOCPOP: Privilegia as tendências historiográficas que se utilizam de novas narrativas e linguagens, entre elas o vídeo documentário. Nesse viés, traz à cena os sujeitos sociais da cultura popular, excluídos e anônimos, por meio do registro de suas histórias e experiências vividas. O laboratório reúne pesquisadores/as da cultura popular e da produção cinematográfica privilegiando como documento a imagem e a história oral.

Laboratório Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integrada - EDUCAM: Foi formalizado em 2019, a partir do desdobramento de atividades de extensão e pesquisa abrigadas no INHIS desde 2015 e que, a partir de 2018, passaram a se vincular ao programa institucional de extensão e grupo de pesquisa Inter unidades chamadas "SOMA: Ações Transdisciplinares". Suas atividades dizem respeito ao estudo dos "caminhos marciais" ou de "artes marciais asiáticas" e seus potenciais para processos de educação integral, que levem em conta a unidade soma estética, isto é: aquela em que não se separa. Os objetivos mais centrais do laboratório giram em torno da organização de acervos documentais e bibliográficos (físicos e/ou digitais) e bases de informações sobre a memória da difusão de "caminhos marciais" no Brasil, em particular, na região de abrangência da Universidade Federal de Uberlândia.

Laboratório de História da Ciência e História Ambiental - LABCIAMB: É um órgão acadêmico com as funções de estimular, promover, agrupar e coordenar atividades de pesquisas, ensino e extensão, vinculado institucionalmente ao Instituto de História, situado em sala, do Bloco 5M, Campus Santa Mônica. Tem como objetivo investigar, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisas e outras atividades de ensino e extensão, questões e objetos relacionados à História da Ciência e na História Ambiental, que apesar de serem áreas distintas têm em comum o caráter transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas, a filosofia, as ciências da natureza, dentre outras. Além disso, compartilham de algumas problemáticas comuns, a exemplo da relação entre ciência, natureza e sociedade, a compreensão das técnicas e sua influência na transformação do mundo natural, dentre outras. As atividades desenvolvidas a partir do Laboratório se caracterizam por:

- I. Agregar professores do Instituto de História e de outros institutos e/ou faculdades que possuam interesses voltados para essas áreas de conhecimento.
- II. Contribuir para a formação discente no âmbito do Instituto de História (INHIS), da Pós-Graduação em História (PPGHI) e do Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA);
- III. Reunir e organizar acervos locais ligados às temáticas da ciência e o meio-ambiente;
- IV. Promover cursos e outras ações ligadas ao ensino da História da Ciência e História Ambiental;
- V. Desenvolver ações de extensão, procurando estabelecer um diálogo entre as temáticas

Laboratório de História do Trabalho, da Educação e da Violência - LAHTEV: Integra o INHIS e o programa de pós-graduação em História (PPGHI), da Universidade Federal de Uberlândia. foi aprovado e registrado por meio da RESOLUÇÃO Nº 1/2019, do CONSELHO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA, em 19 de setembro de 2019. Desde então, tem-se registrado atividades de pesquisa e extensão relativos a acervos de documentação e entrevistas com renomados/as intelectuais atuantes na área da História Social. O laboratório também conta com um canal no Youtube no qual divulga suas atividades e recebe convidados <http://www.youtube.com/c/lahtevufu>

Os projetos que se desenvolvem no Laboratório contemplam uma ampla gama de temas nas áreas da história, sociologia, educação, direito, entre outras. Esses se relacionam na dimensão das experiências, das condições sociais, dos modos e visões sobre o mundo, sobre o trabalho, sobre a violência e sobre a educação. Entre os temas de pesquisa encontram-se perspectivas, consensos e conflitos em relação à cidade, ao patrimônio cultural e às classes sociais. Entre orientações diversas no tratamento das fontes, dos dados e das evidências materiais, a Micro-História e a História Oral têm destaque entres os trabalhos orientados. As metodologias e as perspectivas teóricas se embasam no materialismo histórico dialético e na história social de matriz inglesa e italiana.

NÚCLEOS DE PESQUISA

São sete núcleos de pesquisas estruturados no INHIS:

Núcleo de Estudos de Gênero - NEGUEM: ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa

em História (CDHIS) foi criado em 1982. O seu objetivo é propiciar um espaço de reflexão e produção de saberes, em torno de temas relacionados às múltiplas experiências e pesquisas em gênero.

Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura - NEHAC: Criado em 1994, integra ensino, pesquisa e extensão, fomentando reflexões interdisciplinares. Promove o intercâmbio intelectual com outras Universidades e com pesquisadores que atuam nesta área do conhecimento, além de atender a demandas de profissionais do ensino fundamental e médio, dinamizando metodologias e temáticas ligadas ao ensino de História.

Núcleo de Pesquisas e Estudos em História Política - NEPHISPO: Criado em 1994, o NEPHISPO estruturou-se de forma transdisciplinar através do diálogo com outras disciplinas, objetivando problematizar as relações tecidas entre razão, sensibilidade e paixões na redefinição do campo político. Este núcleo tem promovido a realização de pesquisas de Iniciação Científica, Seminários, Mesas Redondas, Cursos e Workshop de pesquisa, divulgando o resultado de seus trabalhos em Congressos, Conferências e por meio de publicações em veículos especializados nacionais e internacionais.

Núcleo de Pesquisas e Estudos História, Cidade e Trabalho - NUPEHCIT: O, vinculado à Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, foi criado em 2001. Reúne professores e alunos da graduação e pós-graduação preocupados em refletir, no campo da história social, os temas cidade e trabalho no interior das práticas sociais elaboradas e vividas por diversos sujeitos sociais. Entendendo o social como espaço de tensões e trabalhando com a categoria cultura como modos de viver, abrem-se possibilidades de estudos sobre as várias atividades humanas, refletindo sobre as diferentes formas do viver urbano e rural.

Núcleo de Pesquisa e Ensino em Cultura Popular - POPULIS: criado originalmente em 2002 com a sigla NIS- Núcleo de Pesquisa em Imagem e Som, foi ampliado em 2003 com a participação de outros pesquisadores, passando a aglutinar as temáticas da Cultura Popular e suas interfaces com a indústria cultural, especialmente por meio da linguagem radiofônica, fotográfica, televisiva e musical. Atualmente incorpora, de maneira interdisciplinar, as áreas de História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Artes Cênicas e Música, propiciando a geração de projetos de pesquisa integrados.

Núcleo de Pesquisa em Ensino de História e Práticas Educativas: NUPEHPE: Este núcleo de pesquisa múltiplo analisa os saberes e "consciência histórica" gestadas nas práticas educativas e no ensino de história contidos nas dinâmicas de funcionamento da sociedade brasileira, notadamente na região do cerrado, tanto no meio rural quanto urbano, em diferentes temporalidades, a partir de diversos suportes documentais, sempre numa perspectiva que considere dimensões de classe, gênero, étnicas, além de outras. Reflete-se sobre processos históricos presentes nas tensões sociais, partindo de uma noção de cultura/saberes que abarca relações diárias, tais como: diferentes relações de trabalho, ocupação, usos e significados da terra, lutas em torno da construção/afirmação/destruição das culturas dos habitantes tradicionais no cerrado, conhecimentos, valores e costumes gerados pela migração e urbanização/industrialização, pelos movimentos sociais e suas pedagogias, diferentes maneiras de organização e políticas levadas a efeito na região do cerrado.

Núcleo de Ensino e Pesquisa em História - NESH: Fundado no ano de 2019, o NESH reúne pesquisadores e estudiosos do ensino de história. Seu objetivo é fortalecer a formação docente inicial nos cursos de graduação em História e a formação continuada, por meio da atuação no planejamento e acompanhamento dos componentes curriculares da área de ensino, da promoção e apoio de eventos acadêmicos, na elaboração de cursos, minicursos que atendam aos discentes e aos profissionais da educação na região, na produção e no fortalecimento das atividades de extensão.

CHRONOS EMPRESA JÚNIOR

Novas possibilidades se abriram para a profissionalização dos discentes do INHIS com a criação de uma empresa júnior no âmbito do Instituto. A Chronos Empresa Júnior é uma associação sem fins lucrativos, motivada por objetivos educacionais, manejada por estudantes do curso de História - Literatura e Bacharelado - do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foi criada pela resolução CONINHIS nº 16, de 18 de fevereiro de 2022. Seu estatuto estabelece, no seu artigo 2º, as seguintes finalidades:

1) Proporcionar a seus membros efetivos as condições necessárias à aplicação prática de seus conhecimentos relativos à área de História;

2) Demonstrar os resultados dos investimentos feitos nas Instituições Públicas de Ensino por meio de serviços de alta qualidade, realizados por graduando/as do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, supervisionado/as por docentes;

3) Ampliar noções dos espaços ocupados por licenciados e bacharéis em História, abarcando possibilidades para o ofício do historiador;

4) Trazer à tona a importância dos campos de atuação dos graduandos em História;

5) Estabelecer um ambiente de sociabilidade e ação entre os discentes do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia de forma a incentivar a sua permanência na Universidade;

6) Elaborar projetos sociais e culturais destinados à comunidade para fora dos muros da

Universidade, criando vínculos com a chamada História Pública.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

No campo da divulgação científica, o INHIS não possui uma revista específica para a extensão, contudo, atualmente quatro periódicos indexados Ihe estão vinculados, fazendo a divulgação acadêmica interna, além de trabalhos de pesquisadores nacionais e internacionais, são elas:

Fênix - Revista de História e Estudos Culturais é uma publicação semestral, que objetiva a divulgação da produção nos campos das Ciências Humanas e Sociais, das Linguagens e das Artes, bem como do encontro entre as distintas áreas, na forma de artigos, traduções, resenhas, ensaios, entrevistas. A revista é editada pelo Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC), da Universidade Federal de Uberlândia. A revista limita ao número de 40 (quarenta) artigos, distribuídos em seus dois números anuais.

O **Caderno Espaço Feminino** foi criado em 1994 com o objetivo de dar visibilidade aos resultados das pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres. É uma publicação do NEGUEM (Núcleo de Estudos de Gênero) da Universidade Federal de Uberlândia.

ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte é uma publicação semestral do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Fomenta o diálogo interdisciplinar entre História, as Artes e a Cultura em geral. Seus eixos de interesse se apoiam nas relações entre História e distintos campos de produção cultural, como cinema, teatro, literatura, música, artes visuais, arquitetura e demais áreas das humanidades.

Cadernos de Pesquisa do CDHIS: O periódico tem periodicidade semestral, com publicação de aproximadamente vinte artigos a cada semestre. Os autores são alunos (as) do Mestrado em História/UFU, integrantes do CDHIS e outros (as) pesquisadores(as) nacionais e internacionais. O periódico está classificado no estrato B3 do Qualis/Capes (Área de História, 2013-2016). O conteúdo publicado no periódico interessa principalmente aos estudiosos e pesquisadores brasileiros e estrangeiros vinculados à temática de documentação e pesquisa em história, mas, também, a todos aqueles que se preocupam em conhecer os avanços do conhecimento no âmbito das Ciências Humanas e das questões sociais e culturais do país. O periódico não cobra qualquer valor dos autores para submissão, processamento e publicação dos artigos.

Organização da extensão na unidade:

As Coordenações de Extensão (COEXT's) vêm sendo estruturadas no âmbito da UFU como forma de atender as normativas nacionais da extensão universitária. A sua criação estava prevista na Resolução nº 4/2009 (alterada pela Resolução nº 25/2019), no § 4º do art. 10, que indica a constituição de uma coordenação de extensão e a definição da sua competência e forma de funcionamento, no âmbito das Unidades Acadêmicas da UFU. Assim, a COEXT-INHIS foi constituída a partir da resolução nº 1/2014, e teve suas normas de organização e funcionamento estabelecidas na resolução nº 2/2014, e atualizadas pela resolução nº17/2022. A sua efetiva criação ficou condicionada a aprovação em conselhos superiores, CONSEX (Conselho de Extensão e Cultura) e CONSUN (Conselho Superior Universitário), o que ocorreu em maio de 2017, com a aprovação da Resolução CONSUN-UFU nº 6/2017.

Em funcionamento há quatro anos, a COEXT-INHIS é um “órgão de planejamento, divulgação, assessoramento, apoio, acompanhamento e organização de todas as atividades de extensão desenvolvidas no Instituto de História” (Resol. INHIS-17/2022)

A Resolução No.17/2022, estabelece como competências atribuídas à COEXT:

I - orientar e acompanhar as atividades de extensão do Instituto de História pelo Sistema de Informação de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia;

II - apresentar ao Conselho do Instituto de História relatório anual de extensão;

III - representar, por meio do Coordenador em exercício, o Instituto de História junto ao Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis;

IV - estudar e propor normas relativas à distribuição de honorários entre os profissionais envolvidos;

V - zelar pela qualidade e eficiência dos serviços de extensão prestados pelo Instituto de História;

VI - coordenar os serviços de extensão em consonância com as normas administrativas propostas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEXC);

VII - promover integração dos projetos de extensão do Instituto de História; e

VIII - propor normas e resoluções que permitam melhorar as atividades de extensão do Instituto de História.

IX - elaborar e atualizar o Plano de Extensão da Unidade (PEX)

A COEXT-INHIS é composta por um(a) Coordenador(a), um Colegiado de Extensão e por, pelo menos, um(a) técnico(a) administrativo de apoio, que poderá ter suas atividades compartilhadas com outros órgãos do Instituto, executando tarefas pré-estabelecidas pela chefia imediata.

Como órgão colegiado, a COEXT destina três vagas para representação docente, uma vaga para Técnico/a Administrativo e uma vaga para discente, indicadas a partir de eleição direta de docentes, Técnicos(as) Administrativos e Discentes do Instituto de História, para um mandato bianual, sendo que o(a) coordenador(a) do COEXT ocupa a cadeira da presidência do Conselho, conforme os parágrafos 1º. e 2º. do artigo 3º. da Resolução INHIS nº 1/2014. A vaga de representante discente é indicada pelo Centro Acadêmico do Instituto de História (CAHIS).

A COEXT-INHIS possui sala própria, atualmente instalada na sala 121B do bloco 3E, campus Santa Mônica, equipada com mobiliário e recursos de informática, tais como: computadores, impressora, softwares e conexão com a Internet. Possui mesa para reuniões e armários para organização de acervos e documentos.

Objetivos da extensão na unidade:

A COEXT-INHIS compartilha objetivos comuns à política de extensão da Universidade Federal de Uberlândia. De acordo com a Resolução CONSUN nº 25/2019, em seu artigo 6º, são objetivos das atividades de extensão na UFU:

I - promover a relação Universidade/sociedade, articulando o ensino e pesquisa, por meio da arte, da ciência, da tecnologia e da inovação;

II - dar reconhecimento da extensão como dimensão relevante da atuação universitária, conforme previsão no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI);

III - integrar temáticas de relevância social no processo de formação dos estudantes da Universidade;

IV - estimular atividades de extensão cujos desenvolvimentos impliquem relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;

V - possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conheci

mentos, permitindo a ampliação do acesso aos diferentes saberes-fazer produzidos na Universidade e na sociedade e o desenvolvimento tecnológico, social e cultural do país;

VI - estimular as atividades voltadas para o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística, reconhecendo a sua relevância para a construção das identidades locais, bem como a importância das manifestações locais e regionais para o contexto nacional;

VII - tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;

VIII - valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes e/ou parcerias;

IX - colaborar para a internacionalização da extensão;

X - estimular a pesquisa na Instituição; e

XI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país

Visando alcançar os objetivos explicitados acima, deverão ser observados os seguintes objetivos específicos para o cadastro das ações de extensão no Sistema SIEX:

I - Realizar, sempre que possível, ações de extensão alinhadas com o disposto e valorizado pela Matriz Orçamentária da UFU, conforme resolução do Conselho Diretor (CONDIR);

II - Desenvolver ações de extensão a partir de atividades de ensino e/ou pesquisa e criar condições para que as ações de extensão formem um conjunto de dados e informações que possam servir em base para ações de ensino e pesquisas futuras;

III - Cadastrar publicações oriundas de atividades extensionistas na plataforma SIEX, vinculando o produto à pesquisa e à extensão, com vistas a atingir os níveis crescentes de complexidade da extensão: produção, compartilhamento e divulgação, para o avanço da ciência e transformação social.

São objetivos específicos da COEXT-INHIS:

I - Atuar de forma permanente para que a Unidade Acadêmica direcione recursos específicos para a realização das ações de extensão, oriundas da Matriz Orçamentária especialmente aquelas curriculares para o cumprimento do percentual obrigatório da inserção nos currículos.

II - Formalizar, sempre que possível, instrumentos de parceria para realização de atividades de extensão, vinculadas às atividades de ensino e pesquisa, articulando com as parcerias formais e não formais já existentes nos laboratórios, núcleos de pesquisa, arquivo, centro de memória, museus, grupos de estudos e pesquisa e outros.

III - Criar condições para a ampliação da participação de docentes e técnicos(as) administrativos(as) em ações de extensão.

IV - Participar e/ou propor programas acadêmicos de extensão de caráter multicampi, sempre que possível, articulando ensino e pesquisa, especialmente nos campi em que haja cursos de História, ou cursos com interesses afins.

V - Identificar, registrar e publicizar (página do Instituto na internet) a história e as rotinas da prática de extensão.

VI - Incentivar e apoiar a Empresa Júnior e Programas Institucionais como o PIBID e Residência Pedagógica na realização de atividades de Extensão.

VII- Manter um espaço de interlocução entre os membros do INHIS e a comunidade externa;

VIII - Divulgar, no âmbito do Instituto de História, editais de fomento à extensão promovidos pela Universidade Federal de Uberlândia e outras instituições.

ÁREAS E LINHAS DE INCIDÊNCIA DA EXTENSÃO NO INHIS

De acordo com as disposições da Resolução CONSEX nº 6/2020, a Política Nacional de Extensão conta com **8 áreas temáticas e 53 linhas de incidência**. As linhas de incidência estão descritas no Quadro II da referida Resolução. Os 53 itens indicados neste quadro são norteadores para as definições da Área Temática principal da ação de extensão e da Área Secundária, quando houver, sendo estabelecido no seu Artigo 8, Parágrafo Único, que: "(...) A nucleação das atividades de Extensão e a construção de programas institucionais devem basear-se nas linhas de extensão".

A partir daí, em 2018, a Coordenação e o Colegiado de Extensão do INHIS, deu início aos estudos para a identificação das principais áreas e linhas de atuação e interesse da extensão na unidade. Nesse primeiro levantamento, foi disponibilizado um formulário para que, de forma voluntária, técnicos/as, discentes e docentes, preenchessem. O formulário objetivava fundamentar um estudo sobre o estado da arte da extensão no INHIS, bem como o grau de esclarecimento dos três segmentos quanto aos conceitos, princípios, procedimentos e normas que regem a extensão universitária. Um dos campos abordados foi relativo às áreas de extensão que, potencialmente, seriam objetos mais próprios para ações

de historiadores.

Assim, os docentes, discentes e técnicos foram estimulados a responder sobre o potencial das oito áreas de extensão definidas nos documentos normativos oficiais. Um total de quatorze pessoas respondeu ao formulário, das quais, sete docentes, seis discentes e um servidor técnico(a) administrativo(a). Apesar da amostragem ter sido pequena, seus resultados corresponderam aproximadamente àquilo que o Colegiado antevia por hipótese.

As áreas de **Educação, Cultura e Direitos Humanos e Justiça** foram as que receberam mais menções: treze, doze e dez, respectivamente. **Comunicação e Trabalho** vieram em seguida, com sete e cinco menções, respectivamente. Por fim, não deixaram de receber menções as áreas de **Tecnologia e Produção**, com quatro menções, e **Saúde e Meio Ambiente**, com três menções cada.

Além disso, o formulário perguntava sobre o potencial de algumas linhas de extensão que se desdobram das diferentes áreas. A linha mais reconhecida quanto ao seu potencial na unidade foi **Metodologias e Estratégias de Ensino**, com doze menções, seguida de perto por **Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial e Formação Docente**, com onze menções cada, e **Direitos Individuais e Coletivos**, com dez menções. Também receberam muitas menções (de 50% ou mais dos respondentes) as linhas: **Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares e Mídias**, com oito menções cada, e **Jovens e Adultos**, com sete menções.

Os resultados refletem bem aquele que seria o *mainstream* da historiografia e da formação em história no Brasil. A identificação do curso de História como a Licenciatura voltando, por excelência, à formação de professores para atuação na Educação Básica vocaciona a extensão da unidade para a área de Educação e para linhas voltadas às metodologias de ensino, à formação continuada de professores e ao diálogo com as redes de ensino. Além disso, a primazia dos campos da História Social e da História Cultural no Brasil, que se constituíram como carros-chefe de nossa historiografia desde a década de 1980, sugere as áreas da Cultura e dos Direitos Humanos e Justiça COEXT-INHIS – Potenciais das áreas de extensão no INHIS-UFU como potenciais campos de atuação dos historiadores. Neste sentido, a preocupação com políticas relativas ao Patrimônio Histórico e Cultural e o reconhecimento dos direitos dos diversos grupos sociais que atuam como sujeitos na sociedade brasileira encontram abrigo em paradigmas próprios das abordagens historiográficas.

Se, por um lado, é compreensível e justificável a ênfase da atuação de historiadores nestas três áreas de extensão – Educação, Cultura e Direitos Humanos e Justiça – por outro, esta ênfase não resulta em exclusividade. A História, como campo de saber, é bastante amplo, variado e complexo. Seja no Brasil ou no Mundo, este campo vem se abrindo a múltiplos paradigmas, que se desdobram em diversas temáticas. Além disso, os próprios campos da História Social e da História Cultural ramificam-se em um sem-número de possibilidades teóricas, metodológicas e de temas/problemas, abrangendo um vasto repertório de assuntos e possibilidades de ação. Muitos destes campos se fazem presentes, inclusive, na composição das linhas de pesquisa e dos componentes curriculares da graduação e da pós-graduação do INHIS, tais como a História Intelectual, a História Ambiental, os Estudos de Gênero, a História do Corpo, a História das Religiões, História das Ciências.

História dos Movimentos Sociais, Mídias e Tecnologias na Produção e Difusão do Conhecimento Histórico, História da Saúde e da Doença, História e Imagem e muitos outros. Por isso, ao invés de limitar as áreas de extensão em que o INHIS se dispõe a atuar, é preferível pensar em como pode se dar a atuação de historiadores em cada uma das oito áreas da extensão.

História na Área de Educação:

A área de educação é reconhecidamente uma daquelas em que mais atua o historiador. Desde o século XIX, a História é disciplina presente nos sistemas educacionais dos Estados Modernos da Europa e das Américas. Formar o cidadão, ideia repleta de possibilidades dissonantes de compreensão, é um dos objetivos centrais atribuídos à educação histórica desde então. Seja numa perspectiva disciplinar ou emancipatória, crítica ou laudatória, de apelo cívico ou social, mobilizando valores nacionalistas ou universalistas, a História, na educação básica, ainda é vista como lócus privilegiado para a socialização do educando e a sua introdução nos assuntos de interesse público.

Por isso mesmo, o ensino de História é alvo de disputas e controvérsias, de tentativas de controle, censura e intervenção. No Instituto de História, temos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, além de um Programa de Pós-graduação acadêmico e um projeto de Mestrado Profissional, no programa PROFHISTÓRIA (especificamente voltado ao ensino de História). Há décadas, a UFU oferece formação inicial e continuada para professores, que atuam na rede de educação básica da cidade, da região e do país. A unidade conta com um Laboratório de Ensino e Aprendizagem História (LEAH) e tem participação de todos os programas governamentais mais recentes ligados ao ensino, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica, eles próprios, programas caracterizados como extensionistas. Há uma longa trajetória de experiência com estágios supervisionados, de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, com a Superintendência de Ensino do estado de Minas Gerais, com a formação contínua de professores e com publicações sobre a área.

A atuação da História no âmbito da educação, além disso, não se restringe à educação escolar. Outros espaços educativos, tais como museus, bibliotecas, arquivos e centros culturais, por exemplo,

são locais privilegiados de atuação do historiador, tal como enfatizam os projetos pedagógicos tanto da Licenciatura quanto do Bacharelado em História da UFU. O Instituto de História, ele próprio, possui espaços desta natureza, articulados ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU (CDHIS). O Instituto tem, ainda, cadeira no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), atua e pode atuar em diversas instituições arquivísticas e museológicas da região, desenvolvendo ações educativas e a interlocução entre estas instituições e as escolares. Por meio dos seus núcleos e laboratórios, o INHIS também mantém trabalhos junto a grupos e movimentos culturais populares da cidade, promovendo diálogos entre eles, a universidade e as escolas.

A Educação histórica, portanto, é um tema bastante amplo que abrange, praticamente, todas as facetas das atividades das historiadoras e dos historiadores. O professor ou a professora de História, neste sentido, têm papéis também bastante amplos e desafios proporcionais às suas responsabilidades. A extensão pode colaborar muito na formação inicial e continuada deste profissional, desenvolvendo as atividades, por exemplo, conforme detalhadas abaixo:

- Desenvolvimento de novos instrumentos, métodos, materiais didáticos e tecnologias de ensino de história. Sobretudo, no âmbito do Laboratório de Ensino de História (LEAH), o Instituto de História, a partir de demandas identificadas junto às instituições e sujeitos envolvidos na educação e do contato com experiências educacionais variadas, pode produzir materiais e instrumentos úteis para os desafios da formação de estudantes da educação básica, em especial aqueles das redes públicas de ensino.

- Promoção de eventos com participação de estudantes em formação inicial professores de história em processo de formação contínua. A abertura constante da universidade para a troca de saberes e experiências com professores da educação básica é fundamental para a ininterrupta oxigenação das práticas educacionais e a reflexão sobre o ensino. Eventos com a participação de estudantes da universidade e docentes da educação básica e superior possibilitam esta troca, fortalecendo as relações entre teoria e prática, entre formação inicial e continuada, entre universidade e sistemas de ensino.

- Proposição de cursos de extensão (presenciais, semipresenciais ou à distância) voltados à formação contínua. Em parceria com os sistemas e redes de ensino, o INHIS pode e deve oferecer cursos voltados a professores da rede pública de ensino, aproximando a universidade das questões ligadas à educação básica e oferecendo a constante qualificação dos profissionais de educação.

- Proposição de cursos de extensão (presenciais, semipresenciais ou à distância) voltados a estudantes da educação básica, destinados à inclusão social, ao acesso ampliado à educação superior e ao desenvolvimento humano de áreas socialmente marginalizadas.

- Participação em programas governamentais e políticas públicas voltados à melhoria da qualidade de ensino na rede pública. Programas tais como o PIBID, o Residência Pedagógica e outros que podem ser fomentados pelos três níveis da administração pública, são oportunidades para a universidade participar ativamente e diretamente do cotidiano de instituições escolares, de discussões a elas referentes e dos desafios que lhe estão colocados. O desenvolvimento de ações de extensão variadas nestes programas é fundamental para a referencialidade social de licenciandos em História e para a sua imersão na realidade de profissional da área desde o início da formação.

- Assessoramento em políticas públicas e planejamentos educacionais na área de ensino de História. Docentes e discentes do INHIS podem e devem participar de debates públicos sobre políticas ligadas ao ensino de história nos níveis municipal, estadual e nacional. Particularmente, interessa-nos intervir crítica e democraticamente nos processos de definição de currículos, organização didático-pedagógica, produção de diretrizes para materiais didáticos, políticas de formação de professores, dentre outras temáticas pertinentes ao campo.

- Promoção de diálogos entre a educação formal escolar e processos de educação não formal, potencializando meios inovadores e eficazes de educação da consciência histórica. Tais trabalhos abrangem tanto iniciativas de ações extracurriculares e interdisciplinares no espaço escolar, quanto a promoção de ações educativas em instituições não escolares. Envolve, igualmente, a exploração de recursos midiáticos variados e o trabalho em ambientes virtuais, tais como redes sociais, blogs, museus virtuais e ambientes de educação à distância, por exemplo.

História na Área de Cultura:

No Brasil, desde a década de 1990, a História Cultural vem se constituindo como principal campo de investigação histórica, como é possível comprovar a partir da análise dos temas presentes nos bancos de dados das agências fomentadoras de pesquisa, bem como nos repositórios das universidades. Em diálogos interdisciplinares com a Antropologia Interpretativa, a Sociologia, a Psicologia, a Arqueologia, a Museologia e outras áreas correlatas, a História Cultural se apresenta como campo para a investigação de aspectos da cultura material, cultura imaterial, como também, adentra áreas como a cultura política e a interface entre cultura, costumes e economia, tornando-se fecunda e plural. Suas temáticas ampliam a compreensão de cultura, entendendo-a como teia de significados, como todas as produções de uma sociedade, que possibilitam os sujeitos e sujeitas a interpretar e interagir com o mundo, abandonando o conceito de cultura como expressão da erudição, movendo-se na direção da inclusão das subjetividades e do protagonismo dos grupos tradicionalmente minorizados pelos discursos hegemônicos. Abordando a circularidade de culturas entre os grupos que compõem a sociedade, a História Cultural trata da próp

ria constituição cultural das práticas e relações sociais, abrigando referências e visões de mundo em constante processo de transformação no espaço e no tempo, na medida em que há contatos e conflitos no interior das coletividades humanas ou entre elas. Cultura, neste sentido, abarca um sem-número de fenômenos, tais como religião, arte, festividades, alimentação, formas de vestir, sensibilidades, comportamentos sociais e muitos outros aspectos da vida humana.

O desenvolvimento da História Cultural, ela própria filha de seu contexto histórico, quando as sensibilidades humanas relacionadas ao tempo e à memória vêm sendo transformadas, acompanha uma tendência mundial e também nacional de reflexão sobre o patrimônio histórico e cultural. O reconhecimento contemporâneo de que o Estado-Nação é uma unidade artificial, insuficiente e limitada como expressão das multiplicidades étnica, cultural, religiosa, linguística e outras da humanidade que habita o globo e tem impactos sobre as novas políticas de patrimônio.

A percepção da flexibilidade das fronteiras culturais e, ao mesmo tempo, o respeito a noções relacionadas às diferenças entre os povos e grupos humanos, tornou a concepção de patrimônio histórico mais ampla e abrangente. Ademais, as ideias de antiguidade e raridade como definidoras dos valores do patrimônio histórico e cultural têm sido questionadas, entrando em maior evidência o conceito de patrimonialidade, por meio do qual o valor está ligado, sobretudo, às relações que o patrimônio estabelece com a identidade de determinadas comunidades de sentido.

Diante dos atuais desafios relacionados ao cuidado com o patrimônio histórico, artístico e cultural, o INHIS pode e deve desenvolver ações de extensão de muitas e variadas formas, tais como as que seguem:

- Assessoramento de instituições públicas ou privadas sobre preservação, guarda e acesso de acervos relevantes de memória, tais como arquivos, bibliotecas, coleções variadas e objetos museológicos. Pode, ainda, assessorar na produção de relatórios e projetos de registros e tombamentos de bens materiais e materiais de valor histórico-cultural.

- Produção de instrumentos de organização e pesquisa de acervos e coleções históricas, bem como organização de exposições, em ambiente físico e/ou virtual. Tais instrumentos podem ainda abranger diversas mídias, tais como vídeo-documentários, jogos interativos, sites, aplicativos para celular, entre outras.

- Realização de mostras de cinema, eventos, mostras, apresentações artísticas e culturais, relacionadas aos mais amplos campos de atuação do historiador.

- Promoção de atividades relacionadas à divulgação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil, com especial atenção às suas expressões regionais e locais, aos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira e, particularmente, ao legado cultural brasileiro de matrizes africana e indígena, historicamente silenciados ou marginalizados nas narrativas históricas oficiais do Estado-Nação.

História na Área de Direitos Humanos e Justiça:

Não é surpreendente que a área de direitos humanos e justiça tenha sido uma das mais mencionadas pelos respondentes do questionário sobre as potencialidades da extensão no Instituto de História. Em um país cuja história foi marcada por três séculos de escravidão e cuja história política recente é atravessada por períodos ditatoriais, a violação dos direitos humanos está fortemente alojada na memória nacional e em nossas práticas cotidianas. Pensar sobre estes direitos e as suas violações não é nenhuma novidade na historiografia brasileira, mas é um processo que se intensifica no período posterior ao fim da ditadura militar, nos anos 80 e 90.

Além das questões propriamente nacionais, a historiografia brasileira é sensível a questões internacionais e globais neste campo, que vêm emergindo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Temas como o holocausto, os regimes totalitários, os direitos civis, o racismo, a descolonização, a igualdade de gêneros e tantos outros estão no centro das preocupações de trabalhos acadêmicos em História no Brasil e em todo o mundo. A chamada Nova História Política, desenvolvida desde o final dos anos 60, foi impulsionada por tais preocupações. Também a História Social e a História Cultural foram transformadas por elas.

Se refletir sobre justiça e direitos humanos é algo bastante corrente nos estudos históricos, cabe perguntar por que esta reflexão não se desdobra em atividades extensionistas, socializando tais reflexões no diálogo mais ampliado com a comunidade externa à academia. Por um lado, podemos pensar que isso decorre de um “indiferentismo” intelectual da academia diante dos problemas concretos da realidade social. Entretanto, há outros motivos talvez mais plausíveis e mais justificáveis. Um deles é que a reflexão acadêmica do historiador e da historiadora, muitas vezes, é acompanhada, em paralelo, pela sua atuação política em movimentos sociais de direitos, tais como o movimento estudantil, o sindicalismo, o feminismo, os movimentos antirracistas, os coletivos LGBTQIA+, entre outros. A participação política, neste caso, muitas vezes, ocupa um espaço que poderia ser preenchido também por atividades de extensão.

A extensão em História não pretende se contrapor, nem substituir, nem se confundir com os movimentos sociais e com as diversas formas de ativismo ou militância política. O que podemos pensar e fazer é colaborar com estes movimentos na perspectiva de promoção da justiça e garantia dos direitos

humanos. Tais movimentos são parceiros “externos” de grande potencial para o desenvolvimento da extensão. Eles apresentam demandas às quais profissionais da História podem responder e experiências, saberes, práticas e informações com os quais o campo acadêmico pode e deve dialogar.

O campo dos direitos humanos e justiça também envolve a temática da exclusão e da inclusão sociais. Imigrantes, refugiados, vítimas de violências, perseguições e preconceitos, pessoas com deficiências, grupos marginalizados e estigmatizados, como, por exemplo, população carcerária e egressos do sistema prisional, merecem e vem merecendo atenção da historiografia e de políticas públicas. Dar visibilidade a estas pessoas e às suas memórias é uma das tarefas de historiadores e historiadoras. Promover o acesso dessas pessoas ao conhecimento histórico, também.

Neste ponto vale ressaltar que o próprio conhecimento a respeito da sua história é um direito de toda a humanidade. O direito à memória, tantas vezes negado a grupos sociais subalternos, confiscado pela memória oficial do Estado e das classes sociais privilegiadas, deve ser garantido por meio dos trabalhos de historiadores e historiadoras. É importante, nesta direção, por exemplo, dar atenção às histórias daqueles grupos cujo direito à memória vem sendo reiteradamente violado e negado pelas narrativas consolidadas. Isso se faz talvez ainda mais necessário no âmbito da história local e regional, terreno ainda muito marcado pela tradição memorialista e pelo culto a personalidades e famílias política e economicamente poderosas e “tradicionais”.

No sentido exposto, é possível desenvolver diversas atividades neste campo. Vamos a exemplos:

- Trabalhos de levantamento de dados, informações e documentos que denunciem a violação de direitos humanos ao longo da história, no passado e no presente, em benefício da justiça, da reparação e da verdade histórica.

- Estudos que propiciem a melhor compreensão do enredamento histórico, cultural e social do preconceito, da exclusão, da marginalização e da violência contra grupos específicos, conforme categorias de classe social, gênero, raça, etnia, nacionalidade, origem regional ou credo religioso, propondo e/ou instituindo, concomitantemente, meios de superação e/ou enfrentamento de seus processos e manifestações.

- Atividades de constituição de acervos e de recriação histórica de experiências e memórias de grupos marginalizados pela narrativa histórica oficial nos níveis nacional, regional e local, bem como a produção de materiais de divulgação da memória e da história destes grupos.

- Projetos de valorização e de promoção da visibilidade do legado cultural, estético, científico e técnico de grupos que compõem a sociedade brasileira, mas que são silenciados pela narrativa histórica nacional, especialmente legados africanos, indígenas e de povos imigrantes da Ásia, da Europa e das Américas.

- Trabalhos de acompanhamento dos processos políticos de retirada e/ou violação de direitos ao longo da história, no passado e no presente, denunciando arbitrariedades, usurpações e crimes perpetrados por governos, facções sociais, indivíduos ou agentes econômicos.

- Trabalhos de assessoramento histórico e colaboração junto a movimentos sociais e a núcleos interdisciplinares (ex.: NEAB-UFU) voltados à defesa e promoção de direitos de grupos marginalizados, em especial aqueles voltados ao tratamento de temas da história e da cultura destes grupos no âmbito da educação.

História na Área de Comunicação:

No formulário aplicado junto à comunidade do INHIS, ocorreu um dado curioso: sete respondentes assinalaram a área de “Comunicação” como uma daquelas com potencial de extensão na unidade. Entretanto, oito respondentes identificaram “Mídias” como uma das potenciais linhas de ações. Enquanto o potencial reconhecido na área de Comunicação foi apenas mediano, “Mídias” foi uma das linhas mais mencionadas. Antes de um paradoxo, o que temos expressado neste resultado é uma compreensão específica do que sejam as mídias e as suas funções. Em primeiro lugar, elas podem englobar múltiplas linguagens para além daquelas dos meios de comunicação mais tradicionais, como rádio, televisão e imprensa. Em segundo lugar, as mídias estão sendo pensadas também como instrumentos voltados às finalidades de outras áreas, tais como a educação e a cultura, em especial o ensino de história e as ações ligadas ao patrimônio histórico-cultural. O Instituto de História da UFU tem muita experiência de trabalhos com mídias e comunicação, tanto no ensino quanto na pesquisa e na extensão. Professores da unidade tiveram papéis importantes na criação do curso de Jornalismo da UFU, ainda que ele tenha sido abrigado, quando da implantação, em outra unidade acadêmica. A formação do historiador e do jornalista possui muitas interseções, bem como as suas possibilidades de atuação. Mídias e tecnologias de comunicação integram componentes curriculares dos cursos de história (tanto do Bacharelado quanto da Licenciatura). Análogamente, o INHIS oferece, para o curso de Jornalismo, componentes curriculares ligados à história dos processos comunicativos. Laboratórios e Núcleos de Pesquisa da unidade e linhas do Programa de Pós-graduação em História abrangem trabalhos com diversas mídias, destacando-se a produção de documentos, as relações entre cinema e história, radiodifusão, entre outros assuntos. O CDHIS abriga vasta coleção de discos de vinil provenientes de duas extintas rádios de Uberlândia, além de muitas revistas, jornais

ais e acervos fotográficos que circularam no século XX.

Nas últimas décadas, entre o final do século XX e início do século XXI, vem ocorrendo uma rápida transformação da linguagem midiática. A internet, as redes sociais e a maciça quantidade de informações disponíveis on-line vêm mudando a vida nas sociedades modernas em variados aspectos, desde os mais subjetivos, no campo das sensibilidades e emoções, até as dimensões mais públicas do mundo do trabalho e da política. A telefonia celular, desde a popularização dos smartphones, levou a mídia para todos os espaços: o automóvel, a escola, a universidade, a praça... Ao mesmo tempo que esta revolução midiática tem promovido acesso amplo à informação, também têm ampliado, paradoxalmente, o universo da desinformação e da manipulação das informações. A livre produção de conteúdos, disponíveis online, em circulação por meio de blogs, redes sociais e projetos de referência editados de modo colaborativo (como a *Wikimedia*, por exemplo), abriu espaço não só para a difusão de conteúdos de qualidade, mas também para *fake news*, boatos, plágios, reprodução de informações erradas e manipulação de fatos. Seu acesso favoreceu a prática de cópias para trabalhos escolares (e mesmo universitários), a distorção de fatos históricos e o revisionismo de temas da história sem os devidos cuidados acadêmicos, de modo pseudocientífico, irresponsável e mesmo mal-intencionado, sob vieses ideológicos e politicamente intencionalizados.

Participar deste universo de modo ético, academicamente rigoroso e responsável, é tarefa do historiador e, portanto, algo também necessário para a sua formação. É importante aprendermos a utilizar estas linguagens e ferramentas para aprimorar as nossas práticas nos âmbitos da educação e da difusão da cultura histórica e, ao mesmo tempo, é fundamental colocarmos as competências e habilidades de nossa área de conhecimento a serviço da produção de conteúdo de qualidade nas mídias, sejam elas as “tradicionais” ou as “novas tecnologias” midiáticas. Assim, seguem alguns exemplos de ações de extensão que podemos e devemos promover e realizar:

- Assessoramento e/ou produção de conteúdos históricos (em texto, imagens, sons, imagem em movimento etc.) em linguagens midiáticas diversas, voltadas ao público não acadêmico, tais como em blogs, redes sociais, vídeos, documentários, jornais, revistas, entre outros meios;

- Produção, revisão e aprimoramento de verbetes em obras de referência editadas de modo colaborativo on-line, tais como pelo Projeto *Wikimedia*;

- Desenvolvimento metodologias de uso de recursos interativos, lúdicos e midiáticos no ensino de história e em ações educativas de instituições de memória, tais como em museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais;

- Desenvolvimento de metodologias para a difusão e a promoção da cultura histórica em ambientes virtuais, tais como nas redes sociais;

- Desenvolvimento de ferramentas midiáticas para a divulgação de acervos históricos e documentos de memória, promovendo experiências significativas de aprendizado e fruição;

- Resgate histórico de formas de comunicação humana eclipsadas pelas revoluções tecnológicas das mídias, enfatizando espaços de conversação, trocas de experiências e narrativas, de convivência afetiva e de sociabilidade presencial.

História na Área de Trabalho:

Nas décadas de 80 e 90 do século passado, dentre os grandes temas da historiografia brasileira, ocupava um lugar bastante central o “trabalho”. Isto se devia, principalmente, à forte presença do marxismo na academia brasileira desde o abrandamento da repressão da Ditadura Militar no período da Anistia até, pelo menos, a queda do Muro de Berlim. Trabalhos de História Social voltados à recuperação da memória das classes trabalhadoras como base de uma história mais abrangente e “total” tornaram-se frequentes neste período, sob a inspiração, sobretudo, da historiografia marxista inglesa e norte-americana. Não somente surgiram trabalhos sobre o operariado e o campesinato nos termos mais abrangentes e gerais definidos na sociologia, como também trabalhos sobre os marginalizados, os desclassificados e outros. Também neste período, realizou-se profunda revisão na história da escravidão, quando estes trabalhadores foram reconhecidos como sujeitos históricos que souberam encontrar formas de resistência ao regime por meio do domínio de seus códigos (inclusive jurídicos).

A história social do trabalho não ficou estacionada nas décadas de 1980 e 1990. Ainda hoje, esta é uma linha teórica, metodológica e temática presente em muitos programas de pós-graduação e grupos de pesquisas em história no Brasil, inclusive, formando redes nacionais e internacionais de pesquisadores. É uma perspectiva presente, inclusive, no INHIS e no seu programa de pós-graduação. Por meio dela, ao longo da trajetória do INHIS, foram realizadas diversas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado a respeito de grupos de trabalhadores na história de Uberlândia e da região, seja no contexto das cidades ou do campo. Suas experiências, memórias e condições de vida, bem como as suas alterações em virtude de transformações eco-nômicas, vêm sendo estudadas regularmente em pesquisas desenvolvidas em nossa unidade.

Outra temática associada ao trabalho que é fortemente presente nesta tradição historiográfica são os movimentos sociais e o sindicalismo. Trata-se de uma perspectiva que busca perceber a dimensão política e de organização formal da classe dos trabalhadores para a reivindicação de direitos e con-

quista de seus interesses coletivos. Esta também é uma temática clássica da historiografia e da sociologia marxistas, porém, no âmbito da Nova História Política, diversificou-se teórica e metodologicamente a partir de outras vertentes de pensamento, sobretudo, ligadas a escolas francesas. No INHIS, ao longo da sua trajetória, também se encontram realizadas várias pesquisas nesta área em perspectivas teóricas variadas, abordando temas tais como o sindicalismo anarquista, movimentos docentes, movimentos pela reforma agrária e muitos outros.

No campo da extensão, estudos com este foco podem ser desdobrados de várias maneiras. Seguem alguns exemplos:

- Projetos de valorização de memórias, experiências e saberes de grupos de trabalhadores e trabalhadoras socialmente estigmatizados e/ou atuantes em mercados informais, tais como, por exemplo, catadores de recicláveis, camelôs, profissionais do sexo, empregados e empregadas domésticos, entre outros, recuperando e dando visibilidade às suas histórias de vida e às suas profissões.

- Parcerias como movimentos sindicais e associações profissionais a fim de organizar os seus acervos de documentos e memória, estudar as suas histórias e dar visibilidade social a elas.

- Parcerias com movimentos sindicais e associações profissionais na perspectiva de pensar e repensar as suas práticas à luz de diferentes contextos históricos, diversas conjunturas econômicas, políticas e culturais.

- Realização de estudos sobre a permanência e as transformações em condições de trabalho e de vida de trabalhadores, destinados a orientar a implementação de políticas públicas e/ou a elaboração de pautas e demandas específicas.

- Projetos que busquem denunciar formas de trabalho escravo ou próximo à escravidão e outras ilegalidades, compreendendo-as e explicando-as conforme dinâmicas históricas duradoras de dominação e exploração de classe, de gênero e de raça/etnia nos mundos do trabalho.

- Projetos que problematizem e tematizem o próprio trabalho docente e intelectual (na educação básica e/ou superior), compreendendo os seus desafios e suas demandas ao longo do tempo e oferecendo caminhos para a sua valorização e para o melhoramento de suas condições de realização.

História na Área de Tecnologia e Produção:

Tradicionalmente, as áreas de Ciências Humanas são vistas como sem utilidade nos campos da tecnologia e da produção. De fato, elas oferecem muito pouco em termos técnicos para o favorecimento destas atividades, entretanto, elas podem contribuir tanto na constituição de equipes interdisciplinares de projetos específicos quanto, principalmente, na utilização histórica dos hábitos e formas de vida que acompanham as transformações tecnológicas das sociedades.

Ademais, é preciso desnaturalizar a ideia de que as descobertas e invenções tecnológicas recentes, seja no campo da computação, da robótica, das engenharias ou da medicina, se confundem com a própria noção de tecnologia. Esta categoria é mais abrangente e se vê presente em todas as culturas e civilizações, inclusive pré-industriais. Cabe lembrar, por exemplo, que a tradicional periodização da chamada pré-história em paleolítico, mesolítico e neolítico (idade da pedra); idade do cobre, idade do bronze e idade do ferro (idade do ferro) dá-se por meio de categorias de ordem tecnológica: a produção de artefatos de trabalho a partir de materiais naturais específicos. Produção e tecnologias são as formas criativas que as sociedades humanas desenvolvem para responderem às suas demandas materiais em acordo com os seus modos de vida.

O capitalismo industrial, contexto no qual as modernas historiografia e arqueologia nasceram, colocou a tecnologia e a produção no centro da economia. Seus efeitos sobre a sociedade e seu cotidiano, na contemporaneidade, foram e têm sido intensos e variados. Desde a organização e a percepção da passagem do tempo até as maneiras que lidamos com os nossos corpos e as nossas emoções vêm sendo transformadas pelas novas tecnologias. Nossos hábitos intelectuais, nossas práticas lúdicas, o mundo do trabalho, tudo está cercado de ferramentas que não cessam de ser renovadas, aprimoradas e (re)inventadas. Distribuídas no universo do consumo, as tecnologias tornam-se rapidamente obsoletas e intensificam a sensação de frenesi tão característica da modernidade e da pós-modernidade.

A História é potente para promover a tomada de consciência quanto aos efeitos das tecnologias sobre a vida social e para desnaturalizar o “progresso tecnológico” como fórmula de resolução absoluta dos problemas sociais e materiais da humanidade. Ela pode, igualmente, ajudar a localizar a presença de tecnologias e de saberes práticos em contextos históricos e sociais do passado pré-industrial e/ou junto a comunidades tradicionais, como as sociedades indígenas atuais ou as comunidades rurais, por exemplo. Assim, ela pode “humanizar” o campo da tecnologia e da produção ao mesmo tempo que problematizar a concepção do presente, que concebe o ser humano e as suas capacidades a partir do paradigma da “máquina”, ignorando e até mesmo negligenciando o seu caráter de ser sensível, frágil, perecível e social.

No âmbito da extensão, a História, concretamente, pode atuar no campo da tecnologia e da produção de alguns modos, seguem exemplos:

- Trabalhos relacionados à experiência lúdica e educacional com objetos tecnológicos do país

sado, de modo a aguçar a percepção sobre a artificialidade dos hábitos de vida associados a tecnologias do presente.

-Composição de grupos interdisciplinares que visem o desenvolvimento de produtos tecnológicos diversos, prestando assessorias sobre temáticas próprias do universo da história que sejam relevantes ao processo de concepção ou criação do produto.

-Composição de grupos interdisciplinares que busquem dialogar com saberes práticos tradicionais e/ou tecnologias do passado com vistas à sua utilização criativa para responder a demandas do presente.

- Desenvolvimento de procedimentos e tecnologias que auxiliem na pesquisa histórica, na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e nos processos de educação da consciência histórica.

História na Área de Saúde:

É bastante conhecido o conceito formulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), segundo o qual saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Tratada desta forma, ela não pode se restringir ao tratamento e nem mesmo à prevenção de doenças. Bem-estar físico, mental e social engloba a integralidade de ser e estar no mundo, abrange todos os campos da vida humana e, ela mesma é algo que se dá na temporalidade histórica. Nossos hábitos corporais, nossas práticas esportivas, os cuidados que constituímos com a alimentação ou com a saúde mental são realidades históricas, social e culturalmente referenciadas. O que o ser humano ingere é um produto do seu trabalho, uma transformação da natureza conforme suas necessidades e capacidades técnicas.

Nada disso se constitui fora do tempo social; os próprios conceitos de saúde e de doença, por exemplo, transformam-se no tempo, juntamente com as demais instituições da coletividade humana. Assim, no âmbito da extensão, a História pode atuar na área de Saúde de diversas maneiras. Vamos a elas:

- Trabalhos integradores da unidade existente entre corpo, mente, sociedade e cultura na perspectiva do cuidado de si e do outro. Práticas esportivas, lazer, alimentação e outras formas de cuidados com a saúde física ou mental podem ser aprimoradas quando envolvem o desenvolvimento da consciência histórica e da constituição social e cultural dos nossos hábitos. Problematizar historicamente hábitos e condicionamentos corporais e mentais, numa perspectiva comparativa com outros povos, épocas, civilizações ou culturas, possibilita a fruição mais livre e aberta de um vasto repertório de saberes sobre o corpo, a mente e a saúde. Isso é particularmente fecundo quando abrange práticas claramente associadas ao patrimônio cultural imaterial de grupos que compõem a sociedade brasileira e o mundo global. Tal é o caso, por exemplo, das artes marciais de matrizes africana, asiática, americana, indígena, europeia. Também é o caso específico de dietas e terapias de grupos culturais tradicionais. Isso também abrange os campos das religiosidades e espiritualidades e os modos diversos que diferentes segmentos culturais lidam com as experiências mais significativas da vida, tais como a gestação, o nascimento, a infância, o envelhecimento, a sexualidade, a morte. Também pode envolver questões de ordem estética, tais como as concepções de beleza corporal, os seus padrões e as suas transgressões.

-Trabalhos relativos aos saberes e instituições ligados à saúde. Uma das perspectivas mais fecundas da historiografia política na contemporaneidade é aquela que focaliza os micropoderes e as relações entre saber e poder. Tal perspectiva, inaugurada por estudos Foucaultianos, tematizam o funcionamento de instituições ligadas ao saber médico e a sua relação com a normatização das práticas sociais, dos comportamentos e da moral. Isso se abre, no campo da extensão, a ricas possibilidades de trabalho, por exemplo, no interior de instituições de saber-poder, tais como hospitais e clínicas, por exemplo. Nelas, o historiador é capaz de auxiliar na promoção de práticas menos autoritárias, impositivas e disciplinares, introduzindo noções éticas de autocuidado, de responsabilidade e de liberdade que possibilitem constituir relações mais democráticas e emancipatórias, diminuindo sofrimentos, potencializando prazeres e favorecendo a livre expressão de grupos marginalizados e/ou fragilizados, tais como idosos, mulheres, crianças, pessoas com doenças graves, com deficiências, com transtornos psíquicos, com dependências, pessoas LGBTQIA+.

- Trabalhos interdisciplinares nas áreas de saúde pública e ciências da saúde. Pensando no campo específico da História das Ciências, historiadores podem cumprir papéis relevantes ao compor equipes interdisciplinares ligadas a questões tais como de saneamento básico, políticas de prevenção de doenças, investigações sobre tecnologias de cura e dependência química, por exemplo. O conhecimento histórico sobre saberes a respeito do corpo, da saúde e de doenças pode auxiliar equipes de médicos, biólogos, químicos, farmacêuticos, nutricionistas e outros profissionais da saúde, a descobrirem novos usos e novas tecnologias para as demandas do presente. Ele também pode ser importante para descobrir as causas sociais e os padrões culturais que estão na base do surgimento ou do agravamento de problemas de saúde pública. Por fim, ele pode ser um dos agentes capazes de intermediar diálogos entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos sobre a saúde, transitando entre paradigmas científicos e “tradicionais”, entendendo ambos como construções históricas e sociais.

História na Área de Meio Ambiente:

A separação entre cultura e natureza, típica da historiografia e da filosofia da história no século XIX, desde o século passado vem sendo desconstruída como paradigma central da história. Um dos principais autores que desestabilizaram esta divisão, no século XX, foi Fernand Braudel, ao estabelecer uma conexão íntima entre as três durações, longa, média e curta, sendo a mais estrutural delas, a longa, cuja temporalidade estaria ligada à relação entre os homens e o seu meio físico.

Naquele momento, em meados do século XX, tal mudança era estimulada pelo forte diálogo da historiografia francesa dos *Annales* com a Geografia Humana, com a Economia e com a Arqueologia. Mais tarde, este diálogo seria ampliado também em direção de outros campos de saber, como a Ecologia, a Biologia, a Física e outros. Desse processo, conectado a dimensões políticas, culturais e econômicas do mundo contemporâneo, desenvolveram-se áreas e perspectivas tais como a História Ambiental, a *World History* e a *Big History*, por exemplo.

De modo geral, a desconstrução do paradigma da separação dicotômica entre cultura e natureza se fundamenta num princípio relacionado à ideia de complexidade ou de sistema complexo. Trata-se de uma concepção ecológica, segundo a qual todos os organismos do planeta encontram-se em interação mútua, ainda que esta interação se dê de forma contingencial, arbitrária ou imprevisível. Qualquer alteração numa parte deste sistema resulta em efeitos sobre o todo e cada uma de suas outras partes. Assim, o que pensamos, como agimos ou o que valorizamos como culturas humanas é efeito também de transformações do planeta em que vivemos, bem como produz consequências sobre este planeta. Sendo assim, as dinâmicas da “história humana” e da “história natural” estão profundamente inter-relacionadas.

Tal paradigma impacta, por exemplo, na noção do que seja “região” e, portanto, no conceito de “história regional”. Neste sentido, um bioma, por exemplo, o cerrado, não pode ser entendido somente como um dado da natureza, mas também como uma categoria histórica, que implica determinados modos de exploração econômica, de apreciação estética, de investimento científico, e percepção humana do espaço etc. Como tal, ele condiciona a vida social em um determinado espaço, porém, não o determina e, sobretudo, não esgota as possíveis formas de seu uso e de sua transformação.

No INHIS, existem grupos de pesquisa voltados diretamente à história ambiental e à história regional. Seu potencial para atividades e programas de extensão é grande e pode ser exemplificado com algumas possibilidades:

- Participação em equipes multidisciplinares destinadas ao estudo de questões ambientais da cidade e da região, auxiliando na elaboração de políticas públicas de preservação do patrimônio natural e estratégias de desenvolvimento sustentável.

- Parceria com movimentos ambientalistas na perspectiva de realizar estudos e oferecer fundamentos históricos para a elaboração de pautas e demandas relacionadas à preservação e ao cuidado com o meio ambiente.

- Projetos que articulem consciência ecológica, cultura e educação em perspectiva multi ou transdisciplinar.

- Projetos educacionais que articulem as noções de patrimônio histórico, artístico, cultural e natural, enfatizando as conexões entre natureza e a vida humana em seu sentido amplo, estimulando atitudes responsáveis e conscientes de cuidado de si, do outro e do planeta.

A Extensão é parte de um processo que engloba também o ensino e a pesquisa. Não se trata de algo isolado na vida universitária, separada de outras atividades, mas deve ser, ao contrário, algo presente no horizonte de todas as atividades acadêmicas. Toda atividade de ensino e de pesquisa possui potencial de extensão, por mais que teórica, por mais que abstrata ou aparentemente hermética, toda atividade acadêmica pode e deve ser socializada, colocada à serviço da transformação social, em diálogo com a sociedade e trazer benefícios ao maior número possível de pessoas na perspectiva do bem comum.

No plano da formação superior, é a extensão o espaço por excelência da referenciação social dos saberes e conhecimentos desenvolvidos na academia. Por meio dela, formam-se profissionais mais comprometidos com a cidadania, mais responsáveis e menos individualistas, dispostos a se colocarem a serviço do outro e do planeta.

Quando pensamos no potencial extensionista da história, portanto, o que fizemos foi refletir sobre os modos de socialização de atividades acadêmicas já desenvolvidas no INHIS no âmbito do ensino (de graduação e pós-graduação) e da pesquisa, além daquelas, evidentemente, que já vem se desenvolvendo no campo da própria extensão. Igualmente, trata-se de perceber o potencial formativo desta socialização, o que elas podem e devem agregar no histórico dos profissionais que formamos na unidade. Ao mesmo tempo, trata-se de perceber as demandas do tempo presente quanto a estudos e pesquisas a serem desenvolvidos por historiadores, de tal modo que a extensão também potencialize e referencie socialmente a pesquisa.

Sendo assim, o arrazoado de exemplos de trabalhos de extensão que podem ser desempenhados em cada uma das áreas acima elencadas é apenas amostral. O potencial da extensão é e deve permanecer aberto e atento às contingências, às circunstâncias, ocasiões, oportunidades e conjunções.

nturas mutáveis. Também neste ponto podemos reconhecer mais um potencial da história no campo da extensão: a capacidade dos historiadores e das historiadoras analisarem e avaliarem contextos e conjunturas históricas os/as torna ou, pelo menos, os/as deveria tornar observadores/as privilegiados/as das demandas sociais do presente e, portanto, "farejadores/as" privilegiados/as de oportunidades extensionistas.

Linhas de extensão a serem atendidas:

(as atividades de extensão são organizadas pelas linhas descritas no quadro II do Anexo, da Resolução 06/2020 - CONSEX/UFU)

O levantamento realizado nesse estudo indica a maior incidência de ações nas linhas de extensão: **Metodologias e Estratégias de Ensino; Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; Formação Docente; Direitos Individuais e Coletivos; Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares; Mídias e Jovens e Adultos**, a explanação apresentada no item anterior evidencia o quanto pode ser múltiplos e diversificados os campos de atuação dos/as historiadores/as.

Contudo, como explicitado até aqui, não devemos restringir ou limitar as ações de extensão que possam vir a ser desenvolvidas no âmbito do INHIS, mantemos um campo aberto de possibilidades para potenciais ações extensionistas. Assim, todas as 56 linhas descritas no Quadro II, Anexo da Resolução CONSEX nº 6/2020 (<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2020-6.pdf>) podem ser consideradas no momento de cadastro da ação.

Modalidades de extensão a serem implementadas:

PROGRAMA

PROJETO

CURSO E/OU OFICINA

EVENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3. EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIDADE

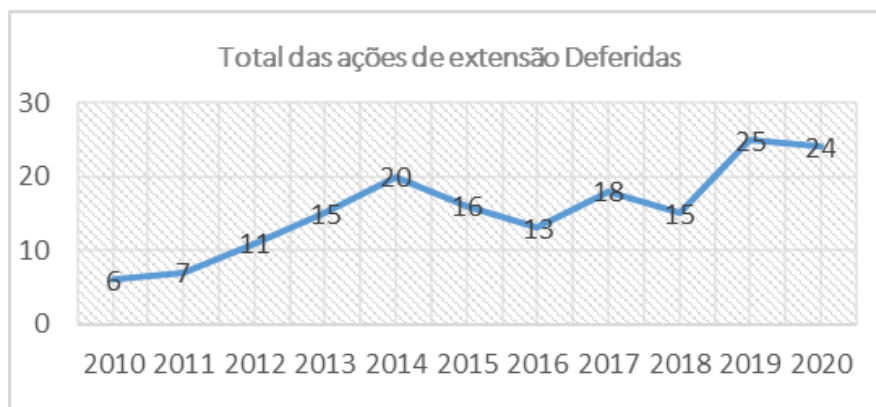
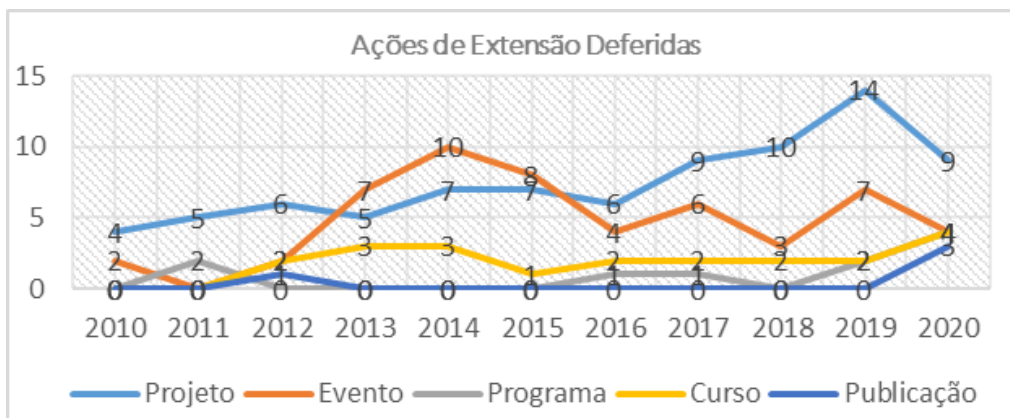
Evolução da extensão na unidade:

Embora os esforços para a institucionalização da extensão junto ao INHIS e à PROEXC/UFU sejam parte de uma política pública relativamente recente, é importante reconhecer que muito já foi feito em termos de extensão no INHIS, com o desenvolvimento de importantes ações nos vastos anos de existência dos cursos de História da UFU em Uberlândia. Contudo, é lamentável que grande parte dessa produção não possa ser acessada. A ausência de uma base de dados consolidada sobre a extensão e de uma estrutura própria na Unidade, que permitisse organizar os registros das ações de extensão, impossibilitam o acesso a essas ricas experiências. Somente a partir da adesão da Universidade ao Sistema de Informação da Extensão (SIEX), foi possível construir alguns panoramas sobre que tipo de extensão vem sendo produzida nesses últimos dez anos de acesso ao SIEX, nos permitindo também vislumbrar que extensão desejamos construir nos próximos anos.

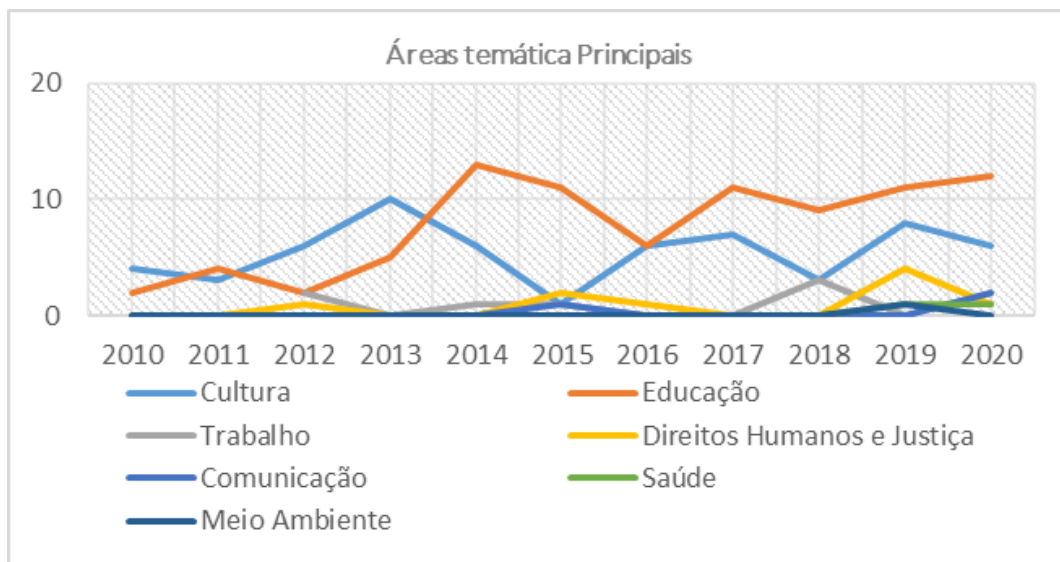
Nesse tópico, a partir da base de dados dos registros no SIEX, procuramos compor, por meio de gráficos e tabelas, um retrato entre os anos de 2010 a 2020, sobre diversos aspectos relacionados à extensão (ações de extensão deferidas, tipo de ações de extensão, áreas temáticas trabalhadas, coordenação dos projetos, carga horária, público e emissão de certificados).

Ações de extensão deferidas

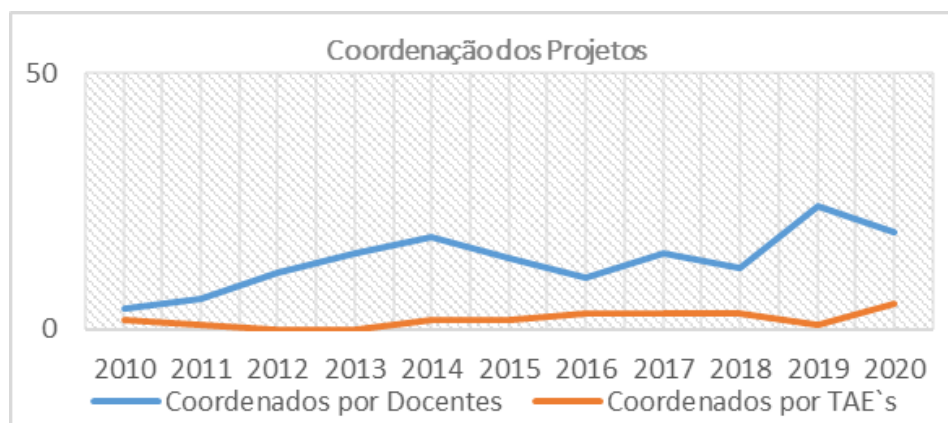
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projeto	4	5	6	5	7	7	6	9	10	14	9
Evento	2	0	2	7	10	8	4	6	3	7	4
Programa	0	2	0	0	0	0	1	1	0	2	4
Curso	0	0	2	3	3	1	2	2	2	2	4
Publicação	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	6	7	11	15	20	16	13	18	15	25	24



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cultura	4	3	6	10	6	1	6	7	3	8	6
Educação	2	4	2	5	13	11	6	11	9	11	12
Trabalho			2	0	1	1	0	0	3	0	2
Direitos Humanos e Justiça	0	0	1	0	0	2	1	0	0	4	1
Comunicação	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0

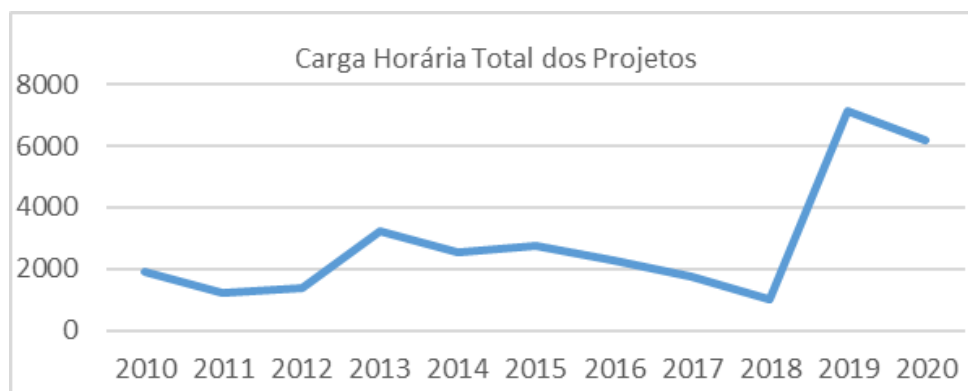


	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Coordenados por Docentes	4	6	11	15	18	14	10	15	12	24	19
Coordenados por TAE's	2	1	0	0	2	2	3	3	3	1	5



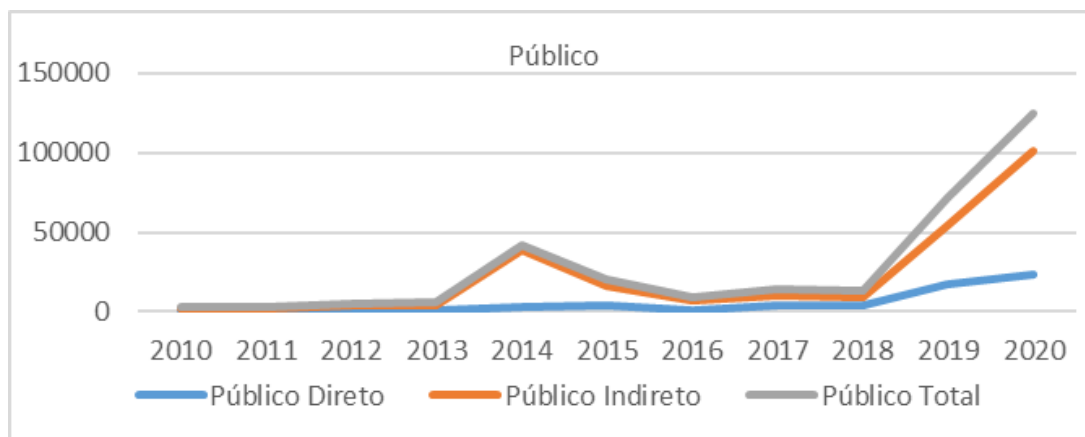
Carga Horária Total dos Projetos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1916	1230	1388	3208	2521	2752	2280	1754	1016	7141	6216



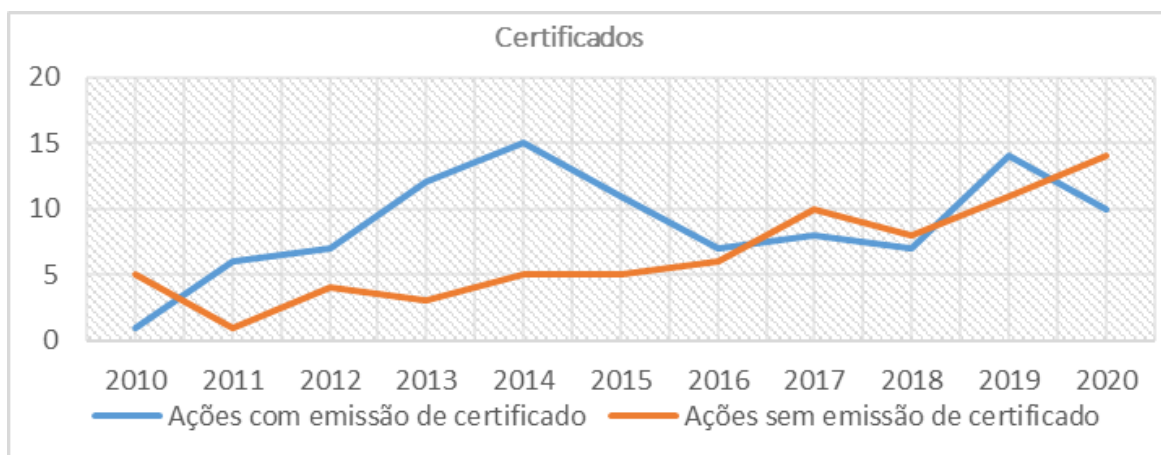
Público

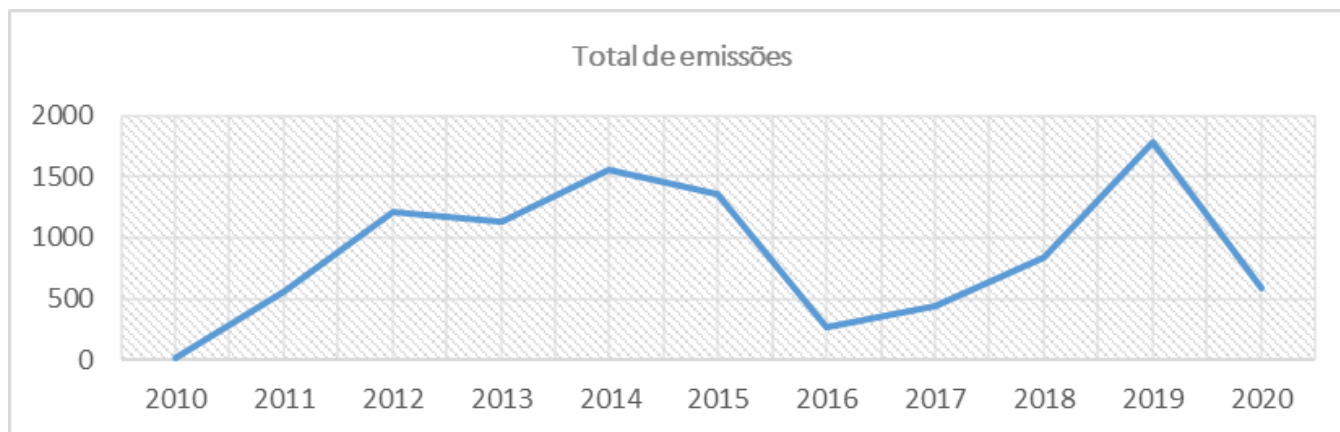
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Público Direto	445	1160	1112	1305	3010	4360	1355	3905	3526	17500	23365
Público Indireto	2210	1585	3756	4350	38986	16360	7320	10154	9527	53755	101210
Público Total	2655	2745	4868	5655	41996	20720	8675	14059	13053	71255	124575



CERTIFICADOS

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ações com emissão de certificado	1	6	7	12	15	11	7	8	7	14	10
Ações sem emissão de certificado	5	1	4	3	5	5	6	10	8	11	14
Total de emissões	12	555	1207	1131	1559	1361	274	436	837	1780	589





Ressaltamos, que de 2010 a 2020 as ações de extensão no âmbito do Instituto de História obtiveram um crescimento na casa dos 400%, com ações mais dedicadas às áreas temáticas da educação e cultura, percebe-se também o expressivo aumento do público diretamente envolvido, passando de 445 no ano de 2010 para 23.365 em 2020, ano em que as ações presenciais foram interrompidas em decorrência da pandemia de COVID-19, restando somente a via remota como opção, o que permitiu que pessoas de diversas localidades participassem das ações.

Programas e projetos de extensão consolidados na unidade:

A análise das ações desenvolvidas no INHIS, entre os anos de 2010 e 2020, evidencia uma diversidade de práticas extensionistas. Os últimos dez anos caracterizou-se por ações avulsas, envolvendo contextos específicos, como a captação via editais ou eventos, cursos/oficinas organizados de maneira esporádica, sem continuidade. Diante da necessidade de sumarizar os projetos consolidados no INHIS, com vistas ao estabelecimento das ações que serão fixadas nos currículos de graduação e pós-graduação na estruturação das ACEs, optamos por apresentar na tabela abaixo intitulada "Programas e Projetos Consolidados na Unidade" uma síntese das áreas temáticas e linhas de extensão mais recorrentes nos últimos dez anos no INHIS. Os programas apresentados abaixo em suas linhas gerais, serão cadastrados futuramente, tão logo o PEX esteja devidamente regulamentado, registrando tais programas como ACEs. As ações indicadas funcionarão como programas guarda-chuva, abrigando as ações curricularizadas do INHIS. Contudo, não impede que novos programas e projetos possam ser indicados para atender as demandas dos cursos do Instituto.

Tabela Projetos e Programas de Extensão Consolidados no INHIS.

Nº Registro SIEX	Título da Atividade	Área Temática da Extensão	Linha de Extensão	Coordenador(a) Responsável
	Programa ACE INHIS Formação inicial e continuada de professores	Educação	Metodologias e Estratégias da Educação;	INHIS
	Programa ACE INHIS, Movimentos Sociais, Direitos Humanos	Direitos Humanos e Justiça	Direitos individuais e coletivos;	INHIS
	Programa ACE INHIS Cultura, Identidade e Memória	Cultura	Patrimônio Cultural, histórico, natural e imaterial;	INHIS

Considerações sobre os Programas e Projetos Consolidados na Unidade:

PROGRAMAS

A análise das ações executadas no INHIS indica como áreas recorrentes da extensão a **Educação** e a **Cultura**, desenvolvidas em diferentes linhas de extensão. Os primeiros dois programas promovidos pelo Instituto de História, realizados no ano de 2012, intitularam-se **Programa de Preservação Cultural: Memória, identidades e culturas populares** e foram propostos por docentes da Unidade Acadêmica, conjuntamente com docentes da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Estes programas contaram com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade e objetivaram a promoção de discussões acerca da manutenção e conservação dos bens da cultura material e imaterial. O público almejado por tais projetos abrangeu gestores culturais, educadores, educadores p

populares, graduandos, técnicos e comunidade em geral. As atividades se organizaram em torno de oficinas, conferências e momentos de socialização e se realizaram entre junho e dezembro de 2012, com momentos de avaliação diagnóstica previstos nos planejamentos das ações. Vinculado aos programas, encontra-se o projeto **HISTÓRIA EM AÇÃO Patrimônio Cultural e Vídeo Documentário: entre ficção e realidade**.

No ano de 2016 e no ano de 2019, dois programas advindos da sub-unidade Centro de Documentação em História foram propostos, o primeiro por profissional técnico(a)-administrativo e o segundo por docente do Instituto e intitulam-se, respectivamente, **Arquivo e memória: organização de arquivos e ações educativas no CDHIS e Práticas com acervos e preservação da memória**. O programa de 2016 foi realizado entre os meses de março e julho de 2016 e promoveu ações vinculadas como o evento **Organização de visita guiada**, a oficina **Preservação e Conservação de Acervos e Documentos Históricos** e o minicurso **Fotografia e História: Construindo saberes e práticas**. Já o programa mais recente possui duração prevista de 6 anos e 2 meses e foi iniciado em outubro de 2019, sendo, portanto, o programa de maior duração promovido no Instituto.

Vinculados ao programa de 2019, até o mês de março de 2022, encontram-se os projetos: **Redes sociais, difusão do acervo e ações educativas no CDHIS: uma proposta de mediação cultural, CDHIS Nas escolas: possibilidades de ensino pela análise de documento e Memórias de uma Pandemia COVID - 19 Uberlândia e Região**, além do curso **Introdução aos Trabalhos em Arquivos**. Ambos programas se constituíram em torno de objetivo similar: desenvolver ações que articulem ensino, pesquisa e extensão e que contribuam para a divulgação do CDHIS no meio universitário e fora dele. No que tange ao público almejado, pelo programa de 2016, percebe-se que estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, comunidade externa e professores da rede de ensino básico de Uberlândia e região foram parceiros da ação. No programa de 2019, de caráter mais abrangente, destaca-se que os públicos almejados são discentes universitários, discentes e docentes da rede básica do município de Uberlândia e da região, bem como ONG's, associações civis, educadores, gestores de acervos. As avaliações do programa de maior duração estão previstas para ocorrer anualmente, nos meses de dezembro, a fim de que sejam elaboradas avaliações internas e relatório de ações.

No ano de 2017, derivando dos projetos **Kung Fu: interfaces entre prática de arte marcial e ensino e aprendizagem em humanidades e Kung Fu: caminho para ética e para a cidadania**, o programa **Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral** foi proposto por docente da Unidade, associado a membros de federação esportiva e alunos de pós-graduação da Universidade. Durante os 4 anos de duração, o programa que se iniciou em março de 2017 e terminou em fevereiro de 2021, promoveu atividades no campo da pesquisa construindo um grupo de estudo e no campo dos esportes fornecendo aulas a professores da educação básica e alunos da licenciatura - com previsão de expansão das aulas para jovens em situação social de risco. Ademais, previa a publicação de pesquisas e materiais sobre a temática, entre outras metas. No decorrer da promoção das atividades, múltiplos projetos como **Kung Fu: interfaces entre prática de arte marcial e ensino e aprendizagem em Humanidades (versões Ano II e III), Grupo de estudos "Educação Integral e Caminhos Marciais (EDUCaM) (versões Ano I e II)", Introdução ao Nanbei Wudao para Professores de Humanidades, e Percepção de si e experiência com o outro: caminhos marciais, cultura e expressão** foram vinculados ao Programa. Seu objetivo central foi desenvolver ações integradas de intervenção educativa em escolas, investigação e reflexão acadêmica, formação de quadros profissionais em torno da articulação entre os processos educacionais dos "caminhos" ou "artes" marciais do leste asiático com àquela da moderna educação básica - nos níveis escolares fundamental e médio.

Durante o período entre maio de 2020 e de 2021, o programa **Histórias, memórias e visibilidade: Compartilhando e resgatando saberes e experiências socialmente invisibilizadas** - proposto por docente da Unidade - propiciou o evento **I Jornada Nacional Reflexões Cotidianas: Produções culturais e acadêmicas em Humanidades na contemporaneidade**, bem como teve as seguintes atividades previstas: participação em grupo de estudos, uma roda de conversa, uma mesa-redonda, um evento e ação educativa em presídio localizado no município de Uberlândia. Seu objetivo geral foi desenvolver ações de extensão que gerassem visibilidade às metodologias, técnicas, saberes, memórias e experiências de grupos socialmente invisibilizados como negros, mulheres, comunidade LGBT e comunidade de surda. O público alvo desta ação foram, essencialmente, alunos e professores universitários, professores da rede básica de ensino e público interessado.

Ainda em 2020, no mês de outubro, o programa **Promoção da educação em culturas populares em parceria com a Universidade** iniciou suas atividades. Seu término está previsto para o mês de setembro de 2022. Suas atividades e diversos eixos de atuação norteiam-se pelo objetivo geral de promover ações formativas que visem o combate à LGBTfobia; violência contra a mulher e à segregação racial e social em todas as suas formas; além da promoção de alfabetização ecológica tendo por contexto a elaboração, implantação e manejo de jardim e horta considerando uma compreensão sistêmica das questões ambientais. Até o mês de janeiro de 2022 o programa possui 5 (cinco) projetos vinculados, sendo estes: **o Cursinho TÔ PASSADA! Pré-ENEM!**, o projeto (de curso) **Curso de História da Ásia: Reflexões sobre a China, Vietnã e a Coreia do Norte**, o projeto **Cantadores de Histórias: a oralidade como forma de ensinar e aprender**, o projeto **Pelo Fortalecimento da Prática do Manejo Ecológico do solo - Agroecologia na Pauta da Reforma Agrária!** e o projeto **Pela Superação da Invisibi**

idade do Trabalho na UFU: A Terceirização em questão! . Ademais, o evento **Roda de Conversa: Escritos de Karl Marx sobre a Ásia** também vincula-se ao programa.

Em linhas gerais, ressalta-se que os Programas desenvolvidos no Instituto de História, em sua maioria, possuem pouca relação com ações (projetos, cursos/oficinas, eventos, publicações e prestações de serviços) desenvolvidas anteriormente na Unidade por docentes e técnicos/as empenhados. A aposentadoria de vários docentes do Instituto, assim como a chegada de novos, é parte da explicação, contudo, a participação em editais específicos de fomento, também, como esse último programa apresentado, também compõe a realidade dispersa dos programas e projetos, com pouca ou nenhuma continuidade.

PROJETOS:

Os projetos analisados no levantamento também indicam a mesma característica efêmera dos projetos desenvolvidos no INHIS. O levantamento apresentado evidencia ações que impactam na inserção social de grupos vulneráveis, como o **Cursinho Tô Passada! Pré Enem**, cujo objetivo é o acesso da comunidade LGBTQIA+ à universidade, essa ação está na sua terceira edição. Também observa-se a recorrência de ações que disponibilizam técnicas de manipulação de acervos documentais, como os que vêm sendo desenvolvidas pelo CDHIS ao longo dos anos.

O Instituto de História, entre janeiro de 2010 e 2022, promoveu 82 projetos que constam na base de dados SIEX/UFU, incluindo projetos de eventos e cursos. Para analisar os projetos sob o critério de permanência alguns dos quesitos observados foram as subunidades de procedência, as áreas temáticas e a quantidade de ações ao longo dos anos.

Inicialmente, ao observar as ações provenientes da subunidade CDHIS, identificamos projetos constantes, dentre os anos de 2010 e 2017, vinculados, principalmente, a editais de fomento da extensão universitária, mas também a outros Programas da Universidade.

Nos anos de 2010, 2011 e 2014, quatro projetos registrados pelo CDHIS desenvolveram atividades que tinham por objetivo conservar e utilizar-se das revistas O Cruzeiro com fontes de pesquisas. Os primeiros dois projetos, denominados **A Revista** e **A Revista O Cruzeiro e os Anos Dourados: Práticas de Arquivo, memória e ensino**, ocorreram entre fevereiro e setembro de 2010 e, vinculados ao Programa de Extensão Integrada UFU/Comunidade (PEIC), promoveram a elaboração de materiais didático-pedagógicos para o ensino fundamental, médio e superior através de material pré-avaliado entre as revistas O Cruzeiro publicadas entre 1950 e 1959. O público-alvo das ações eram professores da rede básica de ensino, além dos discentes da graduação em História. O terceiro projeto, **Novos saberes e práticas: A revista O Cruzeiro na construção do Conhecimento**, igualmente vinculado ao PEIC, desenvolveu atividades semelhantes aos projetos anteriores entre o mês de abril e o mês de novembro de 2011. Já no ano de 2014, o projeto **Extensão e Cultura Popular - UFU - 2014 Novos saberes e práticas: A revista O Cruzeiro na construção do Conhecimento** foi realizado e vinculado ao Edital nº 8 Extensão e Cultura Popular - UFU - 2014. Entre os meses de junho e dezembro, promoveu atividades similares aos projetos dos anos anteriores, como a preservação e restauro das revistas e a confecção de material didático-pedagógico, no entanto, neste projeto, as revistas O Cruzeiro dos anos de 1960 a 1970 foram o alvo da ação.

Entre março e dezembro de 2010, também, o projeto **O Poeta e o Historiador: a Folia de Reis na comunidade de Cruzeiro dos Peixotos. Teatro, memória e criação coletiva** foi proposto pela subunidade através de docente do Instituto. Vinculado ao **Programa Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares**, objetivou a inclusão da comunidade de Cruzeiro dos Peixotos através da interface entre a História e o Teatro na (re)construção histórica e artística de uma leitura da a nunciação, nascimento do Cristo e visitação dos Três Reis Magos, tendo a interpretação do folião de reis como ponto de partida para tal (re)construção. Para atingir seu objetivo, foram realizadas aplicações de jogos teatrais, uso de fontes documentais (iconográficas e orais) da comunidade e pesquisas sobre a Folia de Reis no cenário nacional e mineiro. Seu público-alvo pretendia alcançar a comunidade de Cruzeiro dos Peixotos e estudantes de graduação das Ciências Humanas e Sociais da UFU.

Já no ano de 2012, o projeto **Conservar e restaurar documentos em papel: a divulgação o da coleção da revista Ilustração Brasileira no acervo do CDHIS**, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), desempenhou atividades entre os meses de maio e novembro. O projeto ansiava por alcançar professores, técnicos e alunos da rede básica de ensino do município de Uberlândia, e tinha por objetivo divulgar a coleção da revista Ilustração Brasileira. Para isso estavam previstas atividades de conservação e promoção de ações educativas que disseminassem a relevância da noção de preservação e conservação de acervos em papel. Ao final do projeto, auto avaliações e relatório final estavam previstos como formas de avaliação da ação.

Posteriormente, nos anos de 2014 e 2016, dois projetos foram desenvolvidos pelo CDHIS com temática e intuítos compatíveis. O projeto **Extensão e cultura popular UFU-2014"- História e memória da cidade no acervo do CDHIS: construindo saberes e práticas a partir das fotografias de Uberlândia (1920- 1980)**, desenvolvido em 2014, vinculava-se ao Edital nº 8 Extensão e Cultura Popular - UFU - 2014. Suas atividades foram realizadas entre o mês de junho e dezembro, sendo algumas d

elas: a pesquisa no acervo, a seleção de material, a comunicação museal e um programa educativo. Este projeto visou o desenvolvimento de ações junto à rede de educação básica de Uberlândia, buscando difundir a relevância da memória e história da cidade, através de acervo fotográfico - das décadas de 1920 e 1980 - pertencente ao Centro de Documentação. Desta forma, o público-alvo foram as escolas da rede estadual e municipal. Para avaliar o projeto, estavam previstos relatórios realizados ao fim da ação. Do mesmo modo, realizou-se em 2016 o projeto **Construindo saberes e práticas a partir das fotografias de Uberlândia (1920-1980): divulgando o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História para a comunidade**, sem vinculação a programas, entre os meses de janeiro e julho.

Ainda, entre os meses de maio e novembro de 2017, o projeto **Construção de saberes e mediações culturais a partir do acervo do CDHIS** vinculado ao Programa Atividades físicas, esportivas e de lazer para pessoas com deficiência, buscou promover ações que divulgassem a cultura por meio do saber histórico, visando o fortalecimento do ensino e extensão. Algumas das atividades estipuladas para a ação foram a promoção de mediação cultural com fontes documentais e materiais didáticos produzidos pelos integrantes do projeto, além de exposições. Tendo como público-alvo professores e estudantes do ensino básico de Uberlândia, a avaliação desta ação previa um feedback sobre os materiais didáticos e sobre as atividades, este seria realizado pelos professores e equipe produtora.

Além dos projetos que possuem vinculação a programa ou edital, foram identificados três projetos lotados no CDHIS. Um deles, o projeto **História e Memória da Rádio Difusora - PRC6 de Uberlândia: 1939-1980**, composto por discentes de graduação em História e Teatro da Universidade Federal de Uberlândia e tinha o objetivo de digitalizar parcialmente o Acervo Discográfico Geraldo Motta Baptista - Rádio Difusora de Uberlândia existente no Centro de Documentação. Na intenção de propiciar o acesso público e livre aos documentos por meio de sítio eletrônico, as atividades da ação previam a atualização do banco de dados e a abertura do banco de dados digital, além de curso de extensão e sarau. As avaliações previam reuniões mensais com os estagiários e a participação de professores da rede básica como avaliadores do potencial dos acervos. Acometida pela COVID-19, visto que o período de atividades previstas era de março a dezembro de 2020, a ação pode ter sido não concretizada pela impossibilidade de realização das atividades presenciais.

O segundo projeto, denominado **Pode a negritude falar? A branquitude no espelho. Negritude e Branquitude: sociabilidade etnicorracial em foco**, realizou, entre maio de 2021 e de 2022, um curso de extensão com dez espaços virtuais e nestes espaços, com densa reflexão no debate sobre negritude e branquitude. Além de docentes, técnicos(as) administrativos e estudantes da Universidade, o projeto alcançou membros de movimentos sociais e populares, e integrantes de entidades sindicais. Fizem parte desse projeto alunos de graduação e pós-graduação de cursos como História, Ciências Sociais e Direito.

O terceiro projeto refere-se ao **Cursinho TÔ PASSADA! Pré-ENEM** que objetivou preparar pessoas LGBTQIA+, prioritariamente àquelas que vivenciam maior vulnerabilidade socioeconômica, para os exames de ingresso ao ensino superior, em especial o ENEM, através de aulas multidisciplinares diárias. As atividades previstas para ocorrer entre os meses janeiro e dezembro de 2020 contaram com uma equipe multidisciplinar de estudantes e docentes da UFU e de outras Universidades. Por meio de aulas noturnas, abrangendo a população LGBTQIA+ selecionada em processo seletivo, o projeto possuiu avaliação diagnóstica prevista para ocorrer em duas etapas durante os meses de execução da ação.

Para além dos doze projetos explicitados, dois projetos vinculam-se ao mais recente programa do CDHIS "Práticas com acervos e preservação da memória". Assim, encontram-se detalhados abaixo:

O primeiro projeto, **Redes sociais, difusão do acervo e ações educativas no CDHIS: uma proposta de mediação cultural**, realizou suas atividades entre os meses de novembro de 2019 e dezembro de 2020, visando fomentar a divulgação do acervo do CDHIS e das ações educativas a partir das redes sociais. As metas deste projeto procuraram consolidar as redes sociais do Centro de Documentação, ampliando o público-virtual e a visibilidade do acervo por meio da promoção de publicações nas redes. Os públicos-alvo desta ação foram, em especial, instituições de preservação da memória brasileira e internacionais com perfis nas redes sociais, profissionais ligados aos arquivos, instituições de preservação da memória, em conjunto com discentes e docentes universitários e do ensino básico. Como forma de avaliação, este projeto previu reuniões de equipe a cada três meses e a elaboração de relatórios curtos sobre os resultados obtidos no período.

Em segundo, o projeto **Memórias de uma Pandemia COVID - 19 Uberlândia e Região**, iniciado em maio de 2020 e com término previsto para maio de 2022, tem executado atividades de divulgação, coleta, sistematização de material para futura disponibilização de um acervo sobre memórias da pandemia. Este projeto tem por objetivo geral constituir um acervo sobre o período da pandemia de COVID-19 enfrentado pela cidade de Uberlândia e região, e por isso, o público-alvo da ação refere-se a moradores do município e da região, discentes e docentes das redes públicas de ensino básico e superior, além de pesquisadores sobre a pandemia da COVID-19 e temas correlatos. Também, avaliações estão previstas para ocorrer em formato de reuniões periódicas a cada três meses.

As Semanas de História na Unidade é um evento consolidado dentro dos cursos de História da

a UFU em Uberlândia, registradas nos anos de 2011, 2015, 2018 e 2021, denotam ser uma atividade perene realizada pelo Instituto. As Semanas de História, promovidas pelos discentes sob a coordenação de um docente, são de caráter anual, tendo em 2021 sido realizada sua XVI edição. Esses dados também indicam um baixo número de Semanas de História formalizadas no SIEX/UFU, fato que evidencia uma cultura de não enfrentamento à burocracia que diz respeito a institucionalização da extensão no Instituto, dificultando o acesso a números e análises mais próximas das concretas ações extensionistas produzidas por técnicos, discentes e docentes cotidianamente.

Dentre as edições que constam na base de dados da extensão e da cultura da Universidade Federal de Uberlândia, somente a **Semana de História: "Não serei historiador de um mundo caduco": subversão, poder e os papéis da História** possui vinculação ao Programa PIAEV 2018, esta que foi realizada entre os dias 24 de setembro e 28 de setembro de 2018. Em comum, todas as Semanas possuem como justificativa e objetivo do evento a promoção do diálogo e espaço de discussão entre os discentes dos Cursos de História, além da necessidade de ampliação dos debates sobre a profissão do historiador/professor de história para além dos muros da Universidade, tendo por público-alvo estudantes e professores do ensino básico e superior de todo o país. Em vista disso, assinalam-se o período de realização das outras três realizações formalizadas: a **Semana de História UFU 2011 - Função Social do Historiador: Teoria, Historiografia e Ensino de História** foi realizada entre o dia 31 de outubro e 04 de novembro de 2011; a **SEMANA DA HISTÓRIA 2015** ocorreu no mês de junho de 2015, entre os dias 08 e 12; e a **Semana de História UFU 2021 - XVI Edição: O outono de Clio: o fim da História como conhecemos? Vestígios, Revoltas e Transformações** realizou-se de forma on-line, devido às medidas de isolamento social impostas pela pandemia da COVID-19, entre os dias 13 e 17 de setembro de 2021.

A gama de projetos do Instituto de História advém, ainda, de órgãos como o Laboratório de Ensino e Aprendizado em História (LEAH) promovidas nos últimos anos. Entre 2016 e 2017, o LEAH promoveu dois projetos denominados **Cineclube UFU**. Em seu primeiro ano de realização, o projeto foi realizado entre agosto e dezembro de 2016 e em seu segundo ano, entre abril e julho de 2017. Partilhando do mesmo objetivo, os cineclubes buscavam promover um espaço de acesso e diálogo da comunidade acadêmica e do público geral ao cinema, em uma experiência cultural de assistir a filmes como um grupo e ter a oportunidade de discutir posteriormente. As atividades foram coordenadas por um docente e media das pelos estagiários do Laboratório, e tinham como público-alvo comunidade acadêmica e não acadêmica, moradores de Uberlândia e interessados em cinema. No cineclube de 2017, foi idealizada uma oficina sobre análises fílmicas.

Em 2021, o projeto **"O uso de mídias digitais para a divulgação científica em História"** foi iniciado no mês de maio. Sua duração prevista foi de um ano, com final datado, portanto, para maio do ano de 2022. O objetivo central do projeto refere-se a construção de podcasts de divulgação científica, produzidos pelos discentes do Instituto de História, pesquisadores de programas de pós-graduação, bem como por estudantes e professores da educação básica. Em conformidade com o objetivo, os públicos almejados são professores e estudantes do ensino básico e superior. Essa atividade foi promovida em conjunto com os parceiros internos: PIBID, Residência Pedagógica, PROFHISTÓRIA, entre outros espaços do Instituto de História.

Não somente o LEAH, mas também programas da Unidade e de outras Unidades refletem nas proposições frequentes de projetos registrados no Instituto. Dito isso, para além do programa vigente no CDHIS, outros quatro programas destacam quanto ao registro de projetos no âmbito do INHIS/UFU, sendo estes: as duas edições do programa SOMA: ações transdisciplinares, o programa Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral e o programa Promoção da educação em culturas populares em parceria com a Universidade.

Ao programa Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral foram associados seis projetos ao longo dos anos, desde 2017. As edições do projeto **Kung Fu: interfaces entre prática de arte marcial e ensino e aprendizagem em Humanidades (Anos II e III)** promoveram, entre os meses de março e dezembro, dos anos de 2017 e 2018, atividades no campo da educação informal e da educação formal, relacionando práticas de artes marciais e pesquisa, com encontros presenciais, rodas de conversas, entre outras. Ambos os projetos atuaram em espaço escolar de Tupaciguara, MG e buscaram abranger professores, estudantes e interessados no esporte. Em sua terceira versão, diferentemente da segunda e da primeira (não vinculada ao programa), o objetivo da ação pretendeu formar instrutores/monitores de Kung Fu para futuras ações multiplicadoras. Neste sentido, avaliações que atribuíam notas foram implementadas para a promoção de certificações. Já em sua segunda versão, a avaliação prevista para o projeto se refere a autoavaliação, exames baseados em currículo formalizado pela Federação Mineira de Kung Fu e elaboração de relatórios.

Também em edições, o **Grupo de estudos "Educação Integral e Caminhos Marciais (E DUCAM)"** foi realizado ao longo de dois anos. No primeiro ano, realizou-se entre março e dezembro de 2017 e no segundo, entre abril e novembro de 2018. Formalizado pela unidade e posteriormente pela subunidade LEAH, as duas versões do Grupo de Estudos objetivaram, na totalidade, estudar textos clássicos sobre as artes marciais asiáticas a fim de compreender suas perspectivas pedagógicas (1ª versão) decidindo, sucessivamente, construir, de modo coletivo, materiais didáticos sobre o apreendido com relação a

prática contemporânea das artes marciais chinesas, tornando-as acessíveis sem esvaziá-las de sua densidade conceitual, teórica e metodológica (2ª versão). Integradas ao programa, os estudos e materiais produzidos foram utilizados nos projetos mencionados anteriormente e julgados pelos alunos que buscavam ser monitores de Kung Fu. Atividades presenciais para a ocorrência dos debates foram previstas e como forma de avaliação, os métodos de autoavaliação e relatórios foram requeridos. O público-alvo destas ações foram pesquisadores, estudantes e professores universitários, além de comunidade externa interessada, sobretudo instrutores de artes marciais.

Ainda, o projeto de curso **Introdução ao Nanbei Wudao para Professores de Humanidades** teve como objetivo oferecer aos participantes uma oportunidade de vivência de Caminho Marcial (Wudao) através de um recorte do programa da Associação Nanbei Wudao, uma escola de artes marciais chinesas tradicionais. O público almejado para esta ação pretendeu atingir universitários de cursos de licenciatura, bem como professores do ensino básico. Realizado entre março e dezembro de 2017, a ação contou com duas oficinas semanais ao longo de todos os meses do projeto e previu autoavaliação a ser promovida por meio de conversa entre o professor responsável e o coordenador. De forma concomitante, o projeto **Percepção de si e experiência com o outro: caminhos marciais, cultura e expressão**, foi realizado entre março e dezembro de 2017, realizando atividades com crianças de idade entre 6 e 10 habitantes da comunidade Cruzeiro dos Peixotos, região distrital e zona rural de Uberlândia. Contando com graduandos da Universidade e mestres em artes marciais, o projeto objetivou potencializar, por meio da prática de um caminho marcial chinês e de exploração criativa e imaginativa de elementos da cultura chinesa, a percepção de si e a sensibilidade com o outro nas crianças envolvidas. Com público-alvo restringido a cerca de 25 crianças, o projeto previa 24 encontros de oficinas técnicas e 8 oficinas de história e fantasia. Ademais, uma avaliação compartilhada foi planejada, com escuta às crianças e aos membros envolvidos como coordenador, mestres de Kung Fu, estagiários e toda equipe envolvida.

Como projeto de prestação de serviços, por fim, o projeto **Estratégias de autodefesa para mulheres contra agressões físicas masculinas** realizou-se entre agosto e outubro de 2018 e teve por intuito oportunizar técnicas de autodefesa, principalmente para mulheres, frente a atitudes violentas de potenciais agressores. O público-alvo limitou-se a professoras e profissionais filiadas à ADUFU, bem como filhas de docentes associadas à Seção Sindical. Com aulas previstas para ocorrer na ADUFU e abertura de, no máximo, 14 vagas, a avaliação prevista para este projeto previu um feedback a partir de formulário virtual, a ser respondido pelas alunas.

No tocante aos projetos vinculados às duas edições do programa SOMA: ações transdisciplinares foram identificadas as ações a seguir:

O projeto **Guia de Referência Regional da Memória Marcial Asiática (Ano I)**, desenvolvido entre fevereiro e dezembro de 2020, pretendeu elaborar um guia de referência e acervos de documentos a respeito da memória das artes e caminhos marciais de matriz asiática que se desenvolveram no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Sul de Goiás e Norte de São Paulo no século XX com objetivo de dialogar com as comunidades marciais presentes nesta região de modo a oferecer mecanismos de preservação da sua memória histórica, tornando-a mais visível e valorizada. Autoavaliações periódicas e pesquisas de satisfação pós-acesso ao trabalho desenvolvido foram pensadas. Ademais, o público-alvo almejado foram as comunidades marciais de matriz cultural asiática nas regiões comentadas e pesquisadores interessados na temática, além de comunidades escolares da região.

Contando com duas edições registradas, o projeto **Tai Chi no Santa** se desenvolveu, inicialmente, no ano de 2019, entre março e dezembro. Como objetivo comum, tanto em 2019 quanto na segunda versão proposta em 2020, o projeto objetivou estudar o Tai Chi Chuan como disciplina somaestética, explorando os seus potenciais para a melhoria integral da qualidade de vida das comunidades interna e externa da UFU. Dessa forma, o projeto teve por público almejado comunidade UFU e externa à ela, aberto a participação de interessados. Diversas autoavaliações estavam planejadas, bem como avaliações diagnósticas, sendo estas previstas para os finais dos semestres letivos da Universidade. Em concomitância, em 2020, o projeto **Tai Chi no Santa (Ano II)** pretendia estender tais atividades evidenciando a experiência anterior e o aprendizado gerado fora considerado durante a proposição da ação.

Por fim, associado ao programa, encontra-se o projeto **EDUCAM nas redes (Ano I)**. Promovido entre março e dezembro de 2020, teve por objetivo gerar canais de interação do Laboratório "Caminhos Marciais Humanidades e Educação Integral" (EDUCAM) com artistas marciais brasileiros por meio das mídias sociais em rede. Para isso, o programa contou com a participação de discentes de graduação da Universidade e voluntários e almeja atingir professores da rede básica e superior, pesquisadores da temática, comunidades de artistas marciais de matriz asiática. As avaliações basearam-se em análises estatísticas das interações nas mídias sociais.

Cabe ressaltar, como pode ser observado, a ligação entre os projetos vinculados aos programas Caminhos Marciais, Humanidades e Educação Integral e - as duas versões - do SOMA: ações transdisciplinares. As ações, em geral, ao identificarem suas parceiras internadas, citam-se. Além disto, mais do que um programa, o EDUCAM, institucionalizou-se como Laboratório do Instituto em 2019. Dessa forma, não esgotamos os projetos desenvolvidos pelo espaço neste documento e pontuamos a existência de outros projetos que estão registrados na base de dados SIEX/UFU.

Algumas das ações, inclusive, desenvolvem-se ligadas não somente aos dois programas, mas vinculam-se ao programa Promoção da educação em culturas populares em parceria com a Universidade de que terá seus projetos vinculados explicitados abaixo:

Primeiro, identificamos o projeto **Pelo Fortalecimento da Prática do Manejo Ecológico do solo - Agroecologia na Pauta da Reforma Agrária!**, proposto por técnico-administrativo lotado na subunidade Centro de Documentação e Pesquisa em História. Este projeto, buscou, entre janeiro e dezembro de 2021, fortalecer a prática agroecológica no manuseio do solo junto a 37 (trinta e sete) famílias de agricultores e agricultoras que moram no Pré-Assentamento uberlandense Terra Firme, localizado no km 32 da BR-497 (sentido Prata). Para atingir as 37 famílias, o projeto contou com discentes de graduação em História, voluntários, membros de movimentos sociais organizados e docentes do Instituto de História. Para mais, o projeto previu avaliações mensais que contribuiriam para calibrar a ação da equipe, adequando a prática à conjuntura e aos resultados esperados. Ressalta-se que, como todas as outras ações propostas após instauração de restrições de atividades devido a pandemia do coronavírus, este projeto se planejou considerando as medidas necessárias de prevenção à COVID-19.

Em segundo, evidenciamos a segunda edição do projeto já citado, **Cursinho TÔ PASSADA! Pré-ENEM!**. Do mesmo que o anterior, porém com aulas remotas já previstas, entre os meses de janeiro e dezembro de 2021, o cursinho buscou alcançar até 200 estudantes LGBT+ e manteve sua metodologia, avaliações e objetivos.

Em 2021, outros dois projetos se desenvolveram entre os meses de fevereiro e dezembro e foram coordenados por técnico-administrativo do Instituto. Foram estes: **Curso de Extensão em Formação Política e Pela Superação da Invisibilidade do Trabalho na UFU: A Terceirização em questão!**

O Curso contou, em sua execução, com a participação de discentes de graduação e pós-graduação da Universidade, além de docente do Instituto. Com o objetivo de refletir coletivamente sobre a dinâmica social e econômica da sociedade em que vivemos, abordando suas composições sociais e conflitos de interesses, o projeto se empenhou em alcançar a comunidade interna da UFU, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, bem como ativistas de movimentos sociais, populares e sindicais. Além disso, o curso previu avaliações a cada dois meses, a fim de que fosse revista, caso necessário, a metodologia e a execução da ação formativa.

O segundo projeto, buscando intervir de forma prática e direta no bem-estar social das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), estabeleceu metas de atuação possíveis a um cenário de atividades remotas, mas também de atividades práticas a serem desenvolvidas quando possível, mediante às medidas adotadas pela Universidade. Com intenção de atingir profissionais atuantes no Campus Santa Mônica e Hospital de Clínicas UFU, este projeto reuniu discentes, técnicos e docentes da UFU.

No mesmo ano, o projeto **Cantadores de Histórias: a oralidade como forma de ensinar e aprender**, desenvolveu suas atividades entre março e dezembro de 2021. Este projeto, vinculado a subunidade LEAH, teve por objetivo conectar o conhecimento de mestres de saberes populares como, anciãos/anciões, congadeiras/congadeiros, capoeiristas, foliões e foliões aos espaços escolares, terreiros, associações de bairro e comunidades, por meio da linguagem do audiovisual. Para isso, foram estabelecidas metas como: criação de um grupo de estudos, realização de entrevistas, produção e veiculação de vídeos/documentários, além de produção científica. Para atingir comunidades tradicionais, professores e estudantes da rede básica, bem como estudantes e professores universitários da área de Humanidades, o projeto foi executado por docentes e discentes da graduação.

Por fim, ligado ao programa, nota-se o projeto **Curso de História da Ásia: Reflexões sobre a China, Vietnã e a Coreia do Norte**, realizado entre agosto e novembro de 2021. Com intenção de promover reflexões sobre aspectos da História da Ásia nos Séculos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, pontuando questões relativas à cultura, política e economia da China, Coreia do Norte e Vietnã. Este projeto buscou alcançar a comunidade interna e externa à UFU, compreendendo seu público almejado de maneira expansiva, e contou com a participação de docentes, técnicos e alunos de graduação e pós-graduação do Instituto de História. Para tanto, avaliações diagnósticas estão previstas.

Ainda, para além das ações registradas e comentadas de nossa Unidade, três projetos se vinculam a programas institucionais de incentivo à formação docente, sendo esses: **Residência Pedagógica - Subprojeto História (Núcleo Campus Santa Mônica): História, Currículo e Metodologias de Ensino; Formação, práticas docentes e interdisciplinaridade - PIBID História e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Subprojeto Multidisciplinar Núcleo Geografia/História.**

Estes projetos têm por objetivo fortalecer a formação docente através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente entre estudantes e professores da rede básica de ensino do município de Uberlândia e os discentes bolsistas e voluntários da Universidade. O projeto da Residência Pedagógica, promoveu-se entre agosto de 2018 e janeiro de 2020, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência promovido pela CAPES. Já os projetos do PIBID, promoveram suas atividades entre março de 2019 e janeiro de 2021, e, posteriormente sob outro edital e coordenação, entre abril de

e 2021 e março de 2022. Apesar dos registros destes projetos não corresponderem a totalidade temporal na qual tais programas estiveram presentes no Instituto de História, representam grupos de atividades consolidadas, em especial na licenciatura em História, que necessitam, assim como projetos e/ou programas aludidos, de maior constância de registro e institucionalização na base de dados SIEX/UFU.

4. SETORES DE EXECUÇÃO DA EXTENSÃO

Descrição dos setores de execução da extensão:

De acordo com o que estabelece o Art. 8º da Resolução nº 25/2019:

“As atividades de extensão, em suas diferentes modalidades, podem contemplar a participação de discentes de graduação, servidores, discentes de nível médio, discentes de pós-graduação e membros da sociedade extra universitária, resguardando as características de público-alvo informados pelo proponente da atividade.”

Assim, são considerados atores das ações de Extensão os servidores(as) efetivos lotados(as) no Instituto; discentes e a comunidade externa, com a qual interagimos na realização das atividades extensionistas. As ações de extensão podem ser desenvolvidas internamente aos cursos, com vinculação a os órgãos que integram o INHIS, ou em parceria com outras unidades acadêmicas e/ou especiais da UFU, sendo estes considerados parceiros internos ao INHIS.

Como parceiros externos, são considerados os segmentos e setores da sociedade civil, entidades e instituições integrantes das comunidades de Uberlândia e região. De acordo com as especificidades dos cursos vinculados ao INHIS e das ações extensionistas propostas, é possível que uma ação reúna um conjunto de parceiros internos/externos.

As ações podem ocorrer em espaços internos à universidade, tais como o CDHIS, laboratórios, núcleos, auditórios, salas de aula, museus entre outros. As disposições que regulamentam a realização de eventos no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia devem ser observadas, com especial atenção à Resolução CONSEX nº 10/2019.

As ações de extensão também poderão ser realizadas em áreas externas à Universidade, tais como: escolas da rede pública e privada de ensino, associações, museus, arquivos, centros culturais, praças entre outros espaços urbanos e rurais. Os/as coordenadores/as das ações são responsáveis por zelar pela observância das normas e autorizações necessárias para o uso desses espaços externos, bem como zelar pela segurança de todos/as envolvidos/as na ação.

As ações de extensão também poderão ser executadas em ambientes digitais, com o uso de diferentes ferramentas e plataformas digitais.

OUVINDO A COMUNIDADE

Para a preparação do PEX a COEXT-INHIS ouviu a comunidade interna e externa à universidade, promovendo um espaço de escuta ativa e dialógica entre os membros envolvidos com a extensão no Instituto. Foram aplicados formulários virtuais (*Google Forms*) entre os docentes e técnicos/as administrativos/as, e promovidas rodas de conversas, sob o título “De Mãos Dadas com a História”, entre a comunidade interna e os discentes da graduação.

Ouvindo Docentes

Ao compartilhar com os docentes do Instituto questões formuladas no *Google Forms*, foi possível sintetizar assim as respostas coletadas:

Dentre as 22 respostas obtidas, mais de 60% dos(as) docentes do INHIS sentem-se bem informados sobre a extensão universitária e cerca de 95% consideram a extensão um veículo de aproximação entre a UFU e a comunidade. Também, 90% indicaram já ter coordenado ou participado das ações de extensão, tendo uma maioria participado de eventos, projetos e cursos/oficinas, e em menor grau, cerca de 10%, participado também/ou de programas e publicações.

Apesar da alta incidência de percepção da participação ativa entre discentes e comunidade externa, representada por 90% das respostas, cerca de 10% consideram que não houve tal envolvimento, bem como aproximadamente 13% não gostariam de se envolver mais com a extensão universitária. Ao serem questionados sobre as dificuldades que dizem respeito à extensão, 50% das respostas apontam para a dificuldade em lidar com a plataforma SIEX, seguida pela dificuldade na captação de recursos, com 45,5%. Outros motivos foram selecionados e comentados, tais como: as resoluções específicas da extensão (31,8%), o relacionamento com a FAU (18,2%), o excesso de burocracia, a falta de tempo para se dedicar a tantas atividades, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, entre outros.

As/os docentes também foram questionados a respeito da submissão de ações de extensão a editais de fomento à extensão, sendo que a maioria, 54,5%, indicou que já ter realizado o procedimento e 45,5% não o fizeram. Entre os editais que os/as docentes participaram, alguns foram listados, como PIAAC, PEIC e PIAEV, além de tentativas de financiamentos externos. Aos que não concorreram, houve o est

ímulo ao respondente sobre o porquê, e algumas das respostas descritas dizem respeito a falta de informação e conhecimento dos editais, a falta de tempo, o maior envolvimento com a área da pesquisa, a realização de projetos sem necessidade de recursos, o excesso de burocracia, entre outros fatores.

Por fim, questionados/as sobre o processo de curricularização da extensão, 54,5% indicaram que tem acompanhado parcialmente a discussão da formalização das ações de extensão nos currículos, ao passo que 13% indicaram que não tem acompanhado. Além disso, 40,9% se sentem informados parcialmente sobre o processo, ao contrário de cerca de 36,4% dos/das docentes que não se sentem informados e de 22,7% que se sentem informados.

Ao analisar as respostas do corpo docente, portanto, foi possível identificar a falta de interesse por uma parte minoritária dos/das docentes e o interesse, por outro lado, da maioria. Os motivos indicados como empecilhos apontam para a necessidade de mudanças no âmbito da extensão universitária, mudanças que propiciem a ampliação das informações sobre o fomento à extensão e o interesse sobre esse campo. Os questionários, aplicados ao corpo docente, são importantes ferramentas para o planejamento da COEXT-INHIS, no sentido de que possibilita o (re)pensar de metas e objetivos para a extensão na Unidade.

Ouvindo técnicos/as-administrativos/as

Ao compartilhar com os(as) técnicos(as) administrativos do Instituto de História questões formuladas no *Google Forms*, foi possível sintetizar da seguinte forma as respostas coletadas:

Dentre os cinco questionários respondidos, 60% se considera bem informado sobre a extensão universitária. Na pergunta seguinte, 100% das respostas indica a crença dos/das profissionais de que a extensão universitária serve de veículo para aproximação da Universidade e a comunidade externa. Questionados se, como TAEs, tem conhecimento da possibilidade de coordenarem ações de extensão, a maioria, isto é, 80% respondeu que tem ciência e 20% respondeu que não sabia. Ainda, cerca de 40% indicou não ter participado de ações extensionistas. Aos 60% que indicaram participação em ações, questionamos quais os papéis desempenharam nas atividades e, exceto a atividade de monitoria, todas as opções foram marcadas por pelo menos um(a) TAE, as opções fornecidas eram: Participante, Palestrante, Coordenador e Subcoordenador.

Quando questionados(as) se sua rotina profissional permitiria, dentro da carga horária vigente e, vivenciar atividades extensionistas, 75% das respostas indicam que sim, é possível, ao contrário dos/das 25% que não acham tal participação viável. Ainda sobre rotinas de trabalho, foram questionados/das sobre a possibilidade de participação mediante a possíveis incentivos por parte da Universidade, para esta pergunta, 60% das respostas informaram que sim, participariam das atividades e 40% respondeu que não. Das que responderam Sim, pedimos que comentassem sobre os possíveis incentivos ou mudanças e obtivemos 2 respostas. As respostas indicam uma necessidade de adequação e/ou mudança na escala de trabalho, na busca de que ações extensão possam ser desenvolvidas com qualidade dentro das horas permitidas aos/as TAEs, evitando demanda excessiva de trabalho; para além, fora questionado e postulado uma não hierarquização de saberes entre os profissionais aptos a produção de conhecimento na Universidade, permitindo, em pé de igualdade e/ou equidade, que docentes e técnicos/as participem das ações de extensão curricularizadas.

Ademais, os(as) TAEs foram questionados sobre o processo de curricularização da extensão, em primeiro, se estavam acompanhando a discussão, e em segundo, se consideram negativo ou positivo a convalidação curricular na graduação de ações de extensão coordenada por TAEs. 80% das respostas indicam que há acompanhamento das discussões, e também, 80% das respostas indicam como positivo a convalidação das ações.

Reitera-se que tais formulários, para docentes ou técnicos(as) administrativos, foram disponibilizados livremente no INHIS, não sendo obrigatória a participação. As respostas obtidas, tabuladas e analisadas focaram, majoritariamente, no caráter quantitativo. Em busca de compreender quais as impressões e rotinas dos/das docentes e TAEs do Instituto de História, as respostas evidenciam (parcialmente) questões existentes em torno da extensão universitária, ao passo que também auxiliam a COEXT-INHIS na formulação deste documento. As respostas dos/das TAEs apresentam a carência de maior envolvimento entre extensão e técnicos(as) administrativos na Universidade, e melhor comunicação entre a Unidade Acadêmica, primordialmente.

De Mãos Dadas Com a História: ouvindo a comunidade externa

Durante a "1ª. Roda de Conversa: De Mãos Dadas Com a História", promovida pela COEXT-INHIS, em dezembro de 2021, convidamos representantes de setores da sociedade civil organizada para propor sugestões de ações de extensão relevantes para a sua comunidade e que poderiam ser desenvolvidas em parceria com a COEXT-INHIS.

Participaram dessa 1ª. Roda de Conversa **os seguintes representantes da sociedade: Irmandade de N. Sra. Do Rosário; Grupo Negritude e Poder; Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial Uberlândia; Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPAC); Comissão da Igualdade Racial da OAB; Escolas de Samba de Uberlândia (ASSOSAMBA); Conselho de Capoeira do Triângulo Mineiro e Região (CONCATR**

IR); Projeto SOMOS (ESAJUP/UFU) que defende os direitos da comunidade LGBTQIA+; Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres; Terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário; ONG de Trabalho de Apoio a Imigrantes Internacionais(TAARE).

Durante as quase três horas de debates, os representantes presentes apresentaram suas principais áreas de interesses e propostas de parcerias que poderiam ser desenvolvidas junto ao INHIS.

Todos/as os/as representantes convidados/as concordaram sobre a importância do INHIS em promover ações de inclusão para o uso de equipamentos públicos, disponíveis apenas virtualmente, para as comunidades mais vulneráveis, como os editais fomentados pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC), e pela Lei Aldir Blanc, do governo federal, organizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uberlândia, ou por meio de auxílio em cadastros e inscrições em bancos de dados do IEPHA/IPHAN, para a identificação em censos e congêneres de determinadas práticas e saberes, ou ainda, no auxílio no processo de reconhecimento do Notório Saber, previsto na Resolução CONSEX/UFU nº 13/2021.

Muitas vezes, os processos de marginalização e invisibilidade de determinadas práticas e saberes ocorrem devido à falta de acesso: ao letramento, à informação ou aos equipamentos do mundo digital.

O evento “Roda de Conversa: de mãos dadas com a História”, se mostrou um espaço potente e para a promoção de debates e aproximações entre a universidade e a comunidade externa. Uma vez que se consolide enquanto uma ação permanente da COEXT-INHIS, nos permitirá construir parcerias, propor campos de interesses comuns para ações no município de Uberlândia e região de maneira dialógica, fortalecendo programas e projetos que façam sentido para essas comunidades e que estejam em sintonia com as demandas mais pertinentes do seu tempo.

De Mãos Dadas Com a História: ouvindo os discentes

No dia 11 de dezembro de 2021, às 10h, a COEXT-INHIS promoveu a 2ª Roda de Conversa “De Mãos Dadas Com a História”. O evento contou com a presença de cerca de uma dezena de estudantes e dos docentes Guilherme Amaral Luz e Lara Toscano Correia. O evento contou, majoritariamente, com a presença de estudantes dos primeiros períodos dos Cursos de Graduação em História e após a explanação dos docentes poucas foram as perguntas que questionaram sobre os impactos práticos nas disciplinas a partir da curricularização da extensão.

Com a baixa adesão dos estudantes da graduação devido, principalmente, a data de sua realização, final do ano de 2021, seria necessária uma nova rodada de debates para uma ampliação da escuta junto aos estudantes. Sendo assim, o evento significou um primeiro esforço para a realização de uma abertura de diálogo entre estudantes e o atual cenário da extensão do Instituto.

5. FORMAS DE VINCULAÇÃO ESTUDANTIL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Vinculação Estudantil:¹

FORMAS DE VINCULAÇÃO ESTUDANTIL:

O envolvimento da comunidade externa e a participação do corpo discente são condições imprescindíveis para que uma ação seja caracterizada como de extensão, como estabelece o parágrafo 2o. da Resolução nº. 25/2019: "São consideradas atividades de extensão as ações e intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à UFU e que estejam vinculadas à formação do estudante."

O envolvimento com a extensão na universidade, portanto, deve ocorrer em todos os níveis ou graus da formação estudantil. Sendo facultado aos estudantes a atuação plena desde a concepção da ideia até a execução final da ação. Contudo, tal como estabelece a Resolução nº 25/2019 e INHIS 01/2014, somente membros do corpo docente ou técnico administrativo podem realizar o cadastro das ações na plataforma SIEX, atuando como coordenadores ou co-coordenadores da ação e zelando pela sua plena execução em todas as etapas.

A vinculação estudantil deve ser direta, ou seja, quando o estudante atua em condição de protagonismo, desempenhando ações e participando do planejamento, da execução e da avaliação das ações de extensão. Podendo envolver-se em quaisquer etapas das atividades propostas, nas modalidades: programa, projetos, cursos/oficinas, eventos, prestação de serviços ou publicação.

Apenas em situações excepcionais, que envolvam sigilo profissional, ou outros casos que utilizem informações de uso restrito, a vinculação discente ocorrerá de maneira indireta, participando do processo de aplicação e compartilhamento de saberes, contudo, não em sua produção.

Os discentes poderão vincular-se em atividades de extensão de maneira voluntária, como bolsistas, via Auxílio Financeiro às Atividades de Extensão ou Projetos de Cultura (APECs), **ou mesmo de maneira obrigatória,** quando tratar-se de componente curricular específico dentro das ACEs (Atividades Curriculares de Extensão). (Conf. Res. nº. 25/2019).

Como bolsistas, a regulação dessa relação com a Universidade Federal de Uberlândia deve atender aos dispositivos da Resolução CONSEX nº. 05/2021, que estabelece as linhas de fomento para as

atividades de extensão e projetos de cultura no âmbito da UFU e dá outras providências. Essa resolução reconhece três modalidades de financiamento para ações de extensão aos discentes, conforme o seu art. 2º:

I - Bolsa de Extensão: recurso financeiro de caráter contínuo ao limite de 24 meses, não tributável, concedido pela Universidade a estudantes de graduação, pós-graduação, educação básica e ensino técnico profissional da UFU vinculados a uma atividade de extensão, orientados e acompanhados por um docente ou técnico(a) administrativo(a) da UFU, no efetivo exercício de suas funções;

II - Bolsa Cultura: recurso financeiro de caráter pontual, não tributável, concedido pela Universidade a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação, educação básica ou técnico profissional, com vínculo ativo na UFU, que façam parte de projetos artístico-culturais aprovados por editais internos; e

III - Auxílio Financeiro as Atividades de Extensão ou Projetos de Cultura (APEC) auxílio financeiro de caráter pontual, não tributável, pago a servidor(a) e estudante para a execução de atividades de extensão ou projetos de cultura, individual ou coletivo, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, para a qual seja demonstrada a necessidade da gestão individual dos recursos.

Quando a vinculação estudantil à extensão ocorrer por meio de matrícula regular em disciplinas cujo componente curricular específico seja destinado às atividades de extensão como é o caso das ACEs (Atividades Curriculares de Extensão), a vinculação será obrigatória. Os/as discentes regularmente matriculados deverão cumprir os requisitos estabelecidos no Plano de Ensino do professor da disciplina e obedecer ao Plano de Trabalho cadastrado na Plataforma SIEX.

As disciplinas que possuem atividades de extensão curricularizadas, deverão fazer cadastro específico na Plataforma SIEX. A disciplina deverá ser ministrada, obrigatoriamente, por docente vinculado(a) ao INHIS, responsável pelo cadastro da ação na Plataforma SIEX, como coordenador, podendo contar com a co-coordenação de um(a) TAE para o desenvolvimento das atividades de extensão propostas para a disciplina.

Poderão ainda ser consideradas as atividades de extensão não curricularizadas após a apreciação do colegiado de curso, conforme dispõe a Resolução nº 39/2022 do CONGRAD, que no seu Art. 9º parágrafo único, dispõe que:

Considerando o aproveitamento curricular das atividades de extensão não curricularizadas o estudante que realizar extensão em outros projetos, programas ou ações de extensão da Universidade, incluindo aquelas coordenadas por técnicos e técnicas administrativos em educação da UFU ou de outra instituição, poderá solicitar aproveitamento de carga horária curricular.

A curricularização da extensão será determinante para a dinamização das ações extensionistas nos próximos anos, não apenas no INHIS, como na universidade de modo geral. Constituído-se como um **fator de indução e engajamento de discentes** em que, verdadeiramente, se promoverá a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, à medida em que se exige que, pelo menos, 10% das atividades de ensino sejam executadas sob a forma de ações de extensão.

Outro aspecto de relevância estratégica para a ampliação das condições de realização de atividades de extensão, pelos(as) discentes do INHIS é a aproximação com programas já existentes, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, além da recém-criada Chronos Empresa Júnior. Inegavelmente, as empresas juniores e estes programas possibilitam que o(a) estudante exercite elementos de sua formação profissional, em estreito relacionamento com a comunidade externa, impactando significativamente e positivamente a formação estudantil, ao mesmo tempo em que contribui efetivamente com a comunidade externa e com a própria universidade. Assim, a COEXT-INHIS se propõe, juntamente com as demais estruturas do INHIS, a apoiar e incentivar as ações de extensão a partir das empresas juniores, dos referidos programas, quando ofertados, além de outros que forem implementados para a formação profissional e acadêmica dos discentes.

Ainda, quanto à vinculação estudantil, destacamos como fator importante para a operacionalização da curricularização da extensão que as atividades curricularizadas sejam ofertadas no turno em que os/as discentes estiverem matriculados/as, de modo a garantir as condições de participação nas ações extensionistas ofertadas na disciplina.

Destacamos, enfim, a **importância da ampliação de programas de fomento à extensão, envolvendo o financiamento de discentes, por meio de bolsas ou APECs**, como condição imprescindível para a qualidade e estímulo ao engajamento em atividades dessa natureza. É importante que a COEXT-INHIS atue para manter a comunidade sempre informada quanto à abertura de editais de fomento à extensão, sejam eles internos ou externos. Assim como, é dever da COEXT-INHIS, provocar o debate e sobre a importância da destinação de recursos próprios para a manutenção e execução de atividades de extensão, vinculados à matriz orçamentária OCC da Unidade, ampliando o escopo de ações extensionistas e, proporcionalmente, melhorando os "índices de qualidade" da extensão produzida no INHIS.

O INHIS deverá estabelecer metas e estratégias visando o alcance dos objetivos apontados na legislação vigente para o fortalecimento das atividades de extensão. É fundamental que a Unidade priorize a implantação progressiva da extensão curricularizada nos próximos 5 (cinco) anos, em estreita colaboração e articulação entre a COEXT-INHIS, a Direção do Instituto, os Colegiados de Curso e NDEs.

Assim, a COEXT-INHIS, alinhada com os princípios, fundamentos, diretrizes e objetivos que compõem o PEX-INHIS busca - rá, nos próximos 5 (cinco) anos alcançar as seguintes metas:

1° elevar em 100% o número de ações de extensão (curricularizadas) que atendam às diretrizes da extensão previstas na Política de Extensão da UFU, zelando para que sejam cadastradas no SIEX/P ROEXC/UFU e que tenham como público-alvo a comunidade externa, valorizando seus saberes/demandas; e que nas equipes de trabalho, haja a participação efetiva, formativa e protagonista de estudantes da UFU.

2° Elevar a realização das ações de extensão realizadas no INHIS em estreito alinhamento com a distribuição de recursos da Matriz Orçamentária, da Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento (PROPLAD/UFU), ampliando o número de programas e projetos consolidados no INHIS.

3° Elevar o direcionamento de recursos da Unidade Acadêmica para ações de extensão, especialmente dos recursos financeiros repassados pela Administração Superior, via Matriz OCC, conforme disponibilidade de recursos e planejamento do Instituto de História.

4° Criar instrumentos de aferição e avaliação pela comunidade externa e pelos discentes acerca da extensão desenvolvida no INHIS.

5° Construir, com o Instituto de História, formas eficazes e eficientes de divulgação de ações de extensão realizadas no INHIS.

6° Construir, com o Instituto de História, formas eficazes e eficientes de divulgação de editais de fomento às ações de extensão internos e externos.

7° Consolidar um espaço permanente de escuta, diálogo e aproximação entre a comunidade interna e externa ao indicar caminhos e possibilidades para a extensão no INHIS

8° Incentivar e apoiar a *Chronos* Empresa JR. e Programas como PIBID e Residência Pedagógica e outros similares, vinculados ao Instituto de História, na realização de atividades de Extensão.

9° Fomentar, junto aos programas de pós-graduação do Instituto de História, a construção de uma política de extensão.

10° Lutar para a implementação da Gratificação para a coordenação da COEXT.

11° Garantir o apoio de um/a Técnico/a administrativo para atividades da COEXT-INHIS.

Fomento da Extensão da Unidade:

A Resolução CONSUN UFU 25/2019, em seu cap. VI, Art. 20, estabelece que os recursos para o financiamento da extensão serão originários das seguintes dotações:

I - dos recursos do Tesouro Nacional destinados à manutenção da Instituição;

II - de recursos financeiros oriundos de remuneração pelos interessados na contratação das atividades de extensão, obedecendo à regulamentação específica, conforme legislação vigente; e

III - dos recursos decorrentes das respostas a editais, acordos, termos de cooperação mútua, parcerias, convênios, entre outras fontes.

A distribuição dos recursos de custeio e investimentos das universidades federais brasileiras está regulamentada pelo Decreto n.7.233, de 19 de julho de 2010, da Presidência da República, e pela Portaria do Ministério da Educação n. 651, de 24 de julho de 2013. Os critérios de distribuição dos recursos estabelecidos neste decreto são baseados no desempenho de cada instituição. (Conf. Guia Formação COEXT, PG. 5).

A Universidade Federal de Uberlândia, desde a publicação da Resolução CONDIR nº2/2016, também passou a utilizar o desempenho acadêmico enquanto critério na distribuição dos recursos de custeio e investimentos, em alinhamento à política nacional. Essa regulamentação incluiu, pela primeira vez, os recursos orçamentários da extensão como integrantes da matriz OCC (Outras Ordens de Custeio).

Para o cálculo da atual matriz OCC, consideram-se quatro dimensões que medem o desempenho das Unidades Acadêmicas: dimensão alunos equivalentes, dimensão eficiência e qualidade acadêmica, dimensão extensionista e dimensão produção intelectual. Ao considerar apenas a dimensão extensionista, segundo a interpretação da fórmula: $DEXJ = (0,66)DEXp + (0,34)DEX0$, efetuada pela PROEXC:

A dimensão extensionista DEXJ busca medir a inserção social das ações de Extensão da unidade. Seu cálculo privilegia atividades nas modalidades Programa e Projeto DEXp, que equivalem a 66% da dimensão, enquanto os outros 34% ficam a cargo das ações desvinculadas de programas e projetos (DEX0) do tipo curso, evento e prestação de serviços, além de contabilizar as publica

ções na área de Extensão. O cálculo é feito a partir da soma dos somatórios dos pesos atribuídos a cada atividade. (Conf. Manual PROEXC, p. 6)

A tabela 3 do Anexo I, Tabelas e Parâmetros, da Resolução CONDIR nº. 6/2018, nos permite visualizar melhor a dinâmica desse cálculo, pois indica os diferentes pesos que deverão ser atribuídos de acordo com cada modalidade de extensão executada:

Prestação de serviços e oferta de cursos de extensão	aplicação do conhecimento
Os eventos e oficinas	compartilhamento do conhecimento
Projetos integradores e programas acadêmicos e institucionais	aplicação-compartilhamento-produção

Pesos das atividades de Extensão

Os critérios de desempenho estabelecidos na fórmula e referenciados na tabela, indicam a importância dada à consolidação de programas e projetos, entendidos como dimensões mais complexas da extensão, como formas de medir a “qualidade” da extensão produzida. Essa estrutura, classifica da seguinte forma, em grau crescente de complexidade as modalidades de ações extensionistas:

Níveis de complexidade das modalidades de extensão

As modalidades da extensão organizadas em níveis de complexidade implicam na qualificação das ações de extensão dentro de uma hierarquia, demandando, cada uma delas um determinado grau de complexidade, tanto do ponto de vista da autonomia e participação estudantil, quanto do envolvimento da comunidade externa. (Guia p. 16)

Os indicadores da extensão em cada Unidade, pontuados dessa forma, determinam a quantidade de recursos que serão destinados à extensão a cada ano, como podemos acompanhar na tabela de evolução da extensão no INHIS desde o início da sua implementação na matriz OCC, em 2017:



A tabela indica que os valores destinados ao INHIS vêm decrescendo desde a sua implementação em 2018. Esses índices também revelam que, para a ampliação dos recursos da matriz OCC destinados à extensão no INHIS, será necessário um esforço coletivo de todos/as os/as agentes envolvidos/as na extensão, tendo a tabela de pesos das ações como um farol a iluminar nossas escolhas sobre as modalidades extensionistas a serem desenvolvidas.

Outra forma de recursos destinadas ao financiamento de atividades de extensão também poderão advir da remuneração de **terceiros, interessados na contratação das atividades de extensão**, desde que observada a regulamentação específica, conforme legislação vigente; ou **ainda por recursos decorrentes de editais, acordos de cooperação mútua, parcerias, convênios, entre outras fontes.**

Os recursos oriundos de financiamentos externos como: emendas parlamentares, termos de cooperação técnica, patrocínios, entre outras modalidades, deverão possuir convênios de gestão financeira com a FAU (Fundação de Apoio Universitário), ou outras fundações vinculadas à universidade, ou ainda, com a própria UFU. Nos casos em que os recursos forem externos à UFU, conforme dispõe o Art. 19. d da Resolução CONSEX nº5/2021, no item II, os valores serão estabelecidos pelo órgão de fomento ou pela PROEXC, tendo como referência os praticados na Instituição.

Programas de fomentos internos são promovidos regularmente pela PROEXC, a partir da divulgação de calendário para editais específicos, tais como: PEIC (Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade), PIAC-Estudantes e PIAC-Servidores(as) (Programa Institucional de Apoio a Cultura), gerido pela PROEXC, por meio da DICULT/UFU, Edital de Ocupação do Centro de Memória da Cultura Negra “Graça do Aché”, além do PIAEV (Programa Institucional de Apoio a Ações e Eventos de Extensão);

O momento é de encolhimento dos recursos destinados ao ensino, pesquisa e extensão, aliado a um processo político de avanço na liberalização das estruturas públicas. Os aportes privados são estimulados como garantia de manutenção mínima das estruturas acadêmicas. A extensão, que estamos vendo nascer a partir da elucidação do PEX e da curricularização da extensão nas unidades acadêmicas, nos lança ao paradoxo neoliberal. Ao mesmo tempo em que escasseiam os recursos, ampliam-se as exigências sobre a atuação da universidade na comunidade em que está inserida, e seus impactos na transformação social. Ainda assim, serão os indicadores de produtividade/qualidade tomados como critérios definidores para o investimento em atividades consideradas de “qualidade”.

Diante de questões dessa natureza, a COEXT-INHIS se limita a indicar a importância de um esforço coletivo dos proponentes vinculados ao Instituto de História, no sentido da consolidação de programas e projetos mais duradouros, com observância à classificação ao grau de complexidade atribuída às modalidades de ações de extensão a serem implementadas, permitindo uma alocação mais significativa dos recursos, pelo menos enquanto perdure esse debate controverso sobre “qualidade” na educação.

1- Descrever as formas de vinculação dos estudantes de graduação e de pós-graduação na extensão, incluindo mecanismos de indução que promovam a indissociabilidade de extensão com ensino e pesquisa. Para as Unidades Especiais de Ensino, estas poderão prever a participação de estudantes da educação básica em ações de extensão, conforme abrangência das linhas de extensão e modalidades previstas.

6. AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIDADE

Mecanismos de avaliação da extensão na unidade:

A avaliação da extensão na unidade deve ocorrer em duas situações. No momento do cadastro da ação, quando o(a) coordenador(a) deverá indicar o mecanismo de avaliação que será utilizado para as atividades desenvolvidas. Essa avaliação deve levar em conta aspectos técnicos envolvidos na ação e as suas relações com as diferentes atuações dos envolvidos na proposta. Os critérios para a avaliação são definidos pelo(a) coordenador(a), ao indicar as formas mais apropriadas a ser empregada. Os resultados dessa avaliação devem constar no relatório final da atividade, item obrigatório para todas as ações extensionistas com cadastro no SIEX. Essa é uma etapa importante porque indica o grau de sucesso alcançado com a ação, possibilitando ao(a) coordenador(a) e equipe interpretar o alcance dos objetivos e redimensionar futuras propostas extensionistas.

Contudo, uma avaliação das ações de extensão desenvolvidas pela COEXT-INHIS também deverá ser promovida. A avaliação geral das ações de extensão desenvolvidas no INHIS deve ser um mecanismo que permita visualizar as ações desenvolvidas junto ao Instituto de História ao longo de cinco anos. Conforme estabelece a Resolução INHIS no . 17/2022, em seu artigo 12º:

O Plano de Extensão elaborado pelo COEXT-INHIS deverá conter indicadores de autoavaliação crítica das atividades de extensão, que se voltem para o aperfeiçoamento das características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e de servidores técnico-administrativos, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros, os mecanismos de socialização e publicação das atividades de extensão e a outras dimensões acadêmico-institucionais.

Nesse sentido, uma das metas do PEX a ser implementada de maneira mais imediata pela COEXT-INHIS é a elaboração de instrumentos de avaliação capazes de mensurar as ações extensionistas, produzindo dados que permitam interpretar os principais parâmetros da avaliação universitária definidas em sua política de extensão.

Fluxo de avaliação:

O fluxo da avaliação das ações de extensão na Unidade deve obedecer às diferentes modalidades a que se destina. No caso da avaliação realizada pelo(a) coordenador(a) da ação, ocorre na finalização da atividade desenvolvida ou logo após a sua conclusão de um programa ou projeto. Sendo indicado no relatório final da ação. Os relatórios finais passam por análise e parecer do Conselho da COEXT-INHIS.

Todas as ações de extensão devem gerar um processo de avaliação e um relatório final.

Quando tratar-se de avaliação institucional das ações de extensão, com a finalidade de planejamento e gestão do INHIS, esta deverá ocorrer a cada cinco anos, sendo os seus resultados apresentados ao Colegiado do Instituto de História e explicitadas no PEX, cuja reformulação permitirá a atualização desses dados e o planejamento de metas

Indicadores de avaliação:

De acordo com estudo realizado por CARRIJO (2021), os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), foram publicados no Relatório de Pesquisa produzido pelo FORPROEX, em 2017. No relatório foram listados 52 indicadores a serem considerados na avaliação da extensão universitária. Ao lado desses esforços, O Colégio de Pró-Reitores de Extensão das IFES (COEX) da ANDIFES, em resposta ao Ofício de Diligência nº 71/2020-SECEXEDUCEDUC do Tribunal de Contas da União (TCU), de 14 de janeiro de 2020, elaborou um relatório circunstanciando **cinco dimensões de gestão e desempenho das universidades** a serem consideradas no planejamento institucional: sendo elas: **a política de gestão da extensão; a infraestrutura; o plano acadêmico; a relação universidade-sociedade e a produção acadêmica.**

Essas cinco dimensões foram tomadas como base pela PROEXC/UFU para a elaboração de seus próprios indicadores de avaliação. Assim, a COEXT-INHIS, no exercício de propor uma metodologia específica de avaliação e planejamento para o INHIS, deve **privilegiar os cinco indicadores apontados na Resolução nº 25/2019** no momento de construir os instrumentos de avaliação da extensão realizada no Instituto de História.

A definição desses parâmetros de avaliação, alinhados a essas diretrizes e indicadores, auxiliarão os colegiados do INHIS a tomarem decisões com mais segurança sobre a extensão, possibilitando uma reflexão sobre o fazer extensionista da Unidade e, ainda, permitindo uma maior visibilidade e transparência sobre a destinação dos recursos empregados na extensão no Instituto de História.

A partir da análise dos dados quantitativos e qualitativos produzidos via relatório SIEX/PROEXC/UFU e em consonância com a produção de gráficos e mapas gerados a partir de preenchimento de formulário próprio criado para esse fim, será produzido um panorama das ações de extensão desenvolvidas na Unidade, com o objetivo de melhor compreensão dessas ações e, sempre que necessário, propondo alterações que permitam aproximar os resultados alcançados aos objetivos propostos. Os formulários de avaliação e os dados reunidos pelo SIEX, alinhados às cinco dimensões da extensão na UFU, deverão subsidiar as reuniões de planejamento e organização das atividades de extensão que serão desenvolvidas nos próximos cinco anos.

7. PARCERIAS E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Entidades Parceiras da Unidade	Responsáveis Pela Parceria na Unidade
Irmandade de N. Sra. Do Rosário	COEXT-INHIS
Grupo Negritude e Poder	COEXT-INHIS
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial Uberlândia	COEXT-INHIS
Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC)	COEXT-INHIS
Comissão da Igualdade Racial da OAB; representante das Escolas de Samba de Uberlândia (ASSOSAMBA)	COEXT-INHIS
Conselho de Capoeira do Triângulo Mineiro e Região (CONCATRIR)	COEXT-INHIS
Projeto SOMOS (ESAJUP/UFU)	COEXT-INHIS
Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres	COEXT-INHIS
Terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário	COEXT-INHIS
ONG de Trabalho de Apoio a Imigrantes Internacionais (TAARE)	COEXT-INHIS
Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia	COEXT-INHIS
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uberlândia	COEXT-INHIS
ESEBA	COEXT-INHIS
Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché	COEXT-INHIS

Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA) Movimento Terra	JORGETÂNIA DA SILVA FERREIRA
Trabalho e Liberdade (MTL)	JORGETÂNIA DA SILVA FERREIRA
Movimento Eu Empurro essa Causa	JORGETÂNIA DA SILVA FERREIRA
Grupo de Pesquisa (In)Serto Unimontes	IVETE BATISTA DA SILVA ALMEIDA
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais (CEMEPE)	THIAGOLENINE TITOTOLENTINO; GUILHERME AMARAL LUZ E IARA TOSCANO CORREIA
Superintendência Estadual de Ensino	THIAGO LENINE TITO TOLENTINO/ NESH
Casa Plural, Tupaciguara-MG	GUILHERME AMARAL LUZ
Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz, Tupaciguara-MG, Uberlândia-MG.	GUILHERME AMARAL LUZ
Federação Mineira de Kung Fu Kuoshu (FMKK)	GUILHERME AMARAL LUZ
ONG Ação Moradia	GUILHERME AMARAL LUZ

Considerações sobre as Entidades Parceiras

As entidades parceiras descritas nesse item aquelas que tradicionalmente desenvolvem ações junto ao INHIS e também aquelas que demonstraram interesse no evento "De Mãos Dadas Com a História.

8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs:

A Extensão Universitária na UFU

A partir de um acúmulo de discussões e outros documentos elaborados, sobretudo, no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades brasileiras (FORPROEX), em 2018, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução número 07, estabeleceu as diretrizes nacionais da Extensão. Este documento atualizou e especificou o conceito da extensão universitária no país, bem como os seus princípios, áreas, tipos de atividade e formas de creditação curricular. Neste momento, buscaremos refletir sobre o conceito e os princípios da extensão, tendo em vista as suas manifestações particulares no contexto mais próximo ao do Instituto de História da UFU.

O conceito de extensão expressa-se, na Resolução do CNE, especialmente, no seu artigo terceiro:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Este conceito desdobra-se, por sua vez, nos princípios estruturadores expressos nos artigos quinto e sexto da mesma Resolução:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior.

rior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, e educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Percebe-se que o artigo quinto da resolução envolve os quatro princípios mais gerais, dos quais os sete presentes no artigo sexto seriam especificações ou detalhamentos. Assim, estruturamos a reflexão com base nos quatro princípios mais gerais, fazendo uso dos mais específicos para melhorar o seu entendimento. Também propomos um reordenamento dos princípios para propor uma interpretação que os articule como unidade inter-relacionada, que expressa no próprio conceito de extensão, tal como formulado no artigo terceiro da Resolução.

Articulação com Ensino e Pesquisa:

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio definidor da universidade brasileira, conforme os termos do artigo 207 da Constituição de 1988:

Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Este princípio, embora bastante vivo nos discursos sobre a universidade e em seus documentos normativos, na prática, contudo, gera muitas dúvidas e questões. Em primeiro lugar: o que significa a indissociabilidade? Isso quer dizer que toda a comunidade acadêmica deve desenvolver atividades das três naturezas? Ou que, por exemplo, ao desenvolver uma atividade de ensino, ela imediatamente se conecta a outras de pesquisa e de extensão? Além disso, será que os limites entre as três atividades são de tal modo bem definidos a tal ponto de sabermos o que difere ensino, pesquisa e extensão? O que seria específico de cada uma delas? O que as articula? Por fim, qual a relação entre esta unidade e o conceito de autonomia universitária, que também aparece neste artigo da Constituição?

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades e instituir amarras definitivas, é viável estabelecer alguns entendimentos relativamente consensuais sobre ensino e pesquisa. Sobre o ensino, podemos dizer que, integrado à aprendizagem, é um processo dialógico em que o conhecimento se constrói por meio da troca de experiências entre sujeitos com papéis distintos: professores e alunos. Ensinar é promover o aprendizado por meio de metodologias e práticas que favoreçam esta construção, conforme as demandas formativas de uma determinada área de conhecimento. Sobre a pesquisa, podemos compreender como um processo disciplinado e sistemático para a construção de (novos) conhecimentos em determinado campo científico, artístico, cultural, tecnológico ou filosófico. É um processo que envolve dimensões individuais e coletivas no interior de comunidades orientadas conforme uma epistemologia própria, cada qual com os seus paradigmas e critérios metodológicos, empíricos e teóricos de validação de teses. Quanto ao aspecto distintivo da extensão, seguindo as diretrizes expressas na Resolução CNE nº 2/2018, podemos dizer que ela é um processo de caráter formativo, indissociável do ensino e da pesquisa, dialógico, interdisciplinar e interprofissional, que busca uma interação transformadora com a sociedade. Possui dimensão pragmática, contextual e política de compromisso com as comunidades no meio das quais as universidades estão inseridas.

Todos juntos - o ensino, a pesquisa e a extensão - buscam formar profissionais com sólido conhecimento básico em áreas específicas de saber formalizado, capazes de desenvolver novos conhecimentos nestas áreas e, sobretudo, aptos a colaborar para a transformação da sociedade por meio das suas competências. O tripé formado por estas atividades formativas estruturam uma política pública de desenvolvimento humano, econômico e social, fundada na laicidade, na cidadania e na democracia. Ela nasce do entendimento de que a tecnologia, as ciências, as artes, a cultura, as linguagens, a filosofia e as humanidades, em diálogo com as demandas sociais e os saberes extra-acadêmicos podem e devem qualificar a vida social, gerando patamares mais elevados de qualidade de vida para todos, em qualquer dimensão da existência humana.

A extensão, no conceito de universidade, é a parte do tripé que busca enfatizar o enraizamento social da universidade e o seu compromisso ético com a criação de um mundo melhor, seja pela via da socialização dos conhecimentos que produz, da reflexão sobre os problemas sociais ou da investigação sobre os saberes extra-acadêmicos na perspectiva do diálogo intercultural. Ela não se confunde com a filantropia ou com o puro assistencialismo, nem com a simples aplicabilidade imediata da pesquisa e da inovação, tampouco, resume-se ao papel de divulgação das ciências, das artes e da cultura. Embora ela possa envolver tudo isso e muitas outras formas de interação com a sociedade, o que a define não é o seu formato de atuação, mas uma postura ética diante do conhecimento, conforme a qual ele não é entendido como propriedade de pequenas comunidades isoladas, mas como um esforço coletivo e universal do homo sapiens. Na ética da extensão, o legado do esforço humano de conhecer a si mesmo, o outro e

o universo em sua volta deve ser público, compartilhado, constantemente atualizado e ressignificado, sempre em favor da humanidade, sem exclusividade ou privilégios.

A Extensão na formação do historiador

Especificamente no campo da formação em história, a extensão deve cumprir papéis importantes articulados ao ensino e à pesquisa. Por definição, a história carrega um duplo sentido: ela é, ao mesmo tempo, a experiência humana, individual e coletiva, do tempo social, no qual os sujeitos atuam e se formam, e a ciência ou saber que estuda esta experiência. Conforme o primeiro sentido, todo homem ou mulher detém conhecimentos sobre a história, tanto sobre as suas experiências quanto sobre as experiências de suas comunidades e sobre aquelas de outras pessoas e grupos com os quais possui contato. As memórias sociais – coletivas ou individuais, materializadas ou não – são modos de conhecimento histórico sem os quais não poderia haver a “ciência” da história.

A história, como conhecimento especializado e acadêmico, por sua vez, institui a figura de um profissional específico, o historiador, cujas “competências” voltam-se ao estudo crítico das memórias e de suas manifestações. O que o move nessa direção é uma postura ética e política, fundada em princípios de verossimilhança, verificabilidade, plausibilidade e fidedignidade. O historiador busca desenvolver, na sociedade, um senso de responsabilidade com a própria história e com a perspectiva de que ela se faz na experiência social e não sobre ou a despeito das pessoas concretas que agem em seu tempo. O historiador não é antiquário, nem um adorador de relíquias do passado, mas um intérprete da vida social. Por isso, sua formação deve incluir um forte componente de extensão, estimulando-se a vivência e a troca de saberes junto a diversas comunidades que formam as sociedades em sua volta. Ele deve ser convidado constantemente a apreciar a variedade de manifestações da cultura e da arte e o legado estético e epistemológico “popular”; deve conhecer os diversos espaços de memória e ser capaz de se comunicar com os mais diversos segmentos sociais.

Embora, nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História da UFU, no item “perfil do egresso” não apareça explicitamente o termo “extensão”, o seu conceito está lá presente. No projeto da Licenciatura, ele se expressa da seguinte forma:

O professor de história deve promover a produção e difusão do conhecimento histórico de maneira crítica e reflexiva não somente no ambiente escolar, mas também, em outros espaços educativos, tais como museus, bibliotecas, arquivos entre outros. Sua formação busca torná-lo um agente fomentador de debates públicos em torno das questões éticas, culturais e sociais da contemporaneidade, entendendo-as em sua temporalidade/historicidade mais ampla.

Já no Projeto Pedagógico do Bacharelado, da seguinte maneira:

Mais do que saber técnico relacionado aos espaços e acervos específicos de instituições voltadas à preservação da memória, o historiador focaliza a produção e difusão de conhecimentos e sentidos históricos, explorando os potenciais do patrimônio histórico, artístico e cultural no ensino e na pesquisa. (...) Ele também deve adquirir habilidades relacionadas à produção e divulgação dos conhecimentos históricos para públicos diversos: acadêmico, escolar, não especializado, etc. Sua formação busca torná-lo um agente fomentador de debates públicos em torno das questões éticas, culturais e sociais da contemporaneidade, entendendo-as em sua temporalidade/historicidade e mais ampla.

Seja em espaços escolares ou extraescolares, os historiadores e as historiadoras formados pela UFU são “agentes fomentadores de debates públicos em torno das questões éticas, culturais e sociais da contemporaneidade, entendendo-as em sua temporalidade/historicidade mais ampla”. Suas competências são colocadas a serviço de uma práxis, em relação à qual não ganham autonomia. Esta práxis, ao longo da formação, deve ser estimulada e exercitada por meio de atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa. Tal estímulo e exercício deve constituir o eixo formativo central que interliga a extensão ao ensino e à pesquisa, seja na graduação ou na pós-graduação, no Instituto de História. Por meio da extensão, o discente, o docente e o pesquisador em história devem ser estimulados a refletir historicamente sobre a atualidade e o mundo ao seu redor, privilegiando a realidade e as expressões locais, em suas conexões regionais, nacionais e globais. Esta reflexão deve repercutir na proposição de atividades de ensino e de pesquisa e não somente alimentar-se delas. Ela deve sugerir problemáticas, temas, abordagens e perspectivas que deem sentido aos currículos e projetos em andamento. Em outros termos, ela deve ser produtiva e ativa na dinâmica de renovação e atualização constante dos cursos e de suas perspectivas formativas, com efeitos sobre atividades de ensino e pesquisa

Interação Dialógica e Intercultural:

Retomando os princípios do artigo quinto das diretrizes nacionais da extensão, o primeiro princípio é formulado como segue: “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social”. A noção de diálogo aqui presente é clara. Pressupõe a escuta das questões complexas que emergem da sociedade a fim de dar respostas que envolvam trocas de saberes. Isto é muito distinto de ouvir os problemas e trazer as respostas, formuladas exclusivamente no âmbito acadêmico. Na extensão, questões complexas demandam o desenvolvimento de um conhecimento igualmente complexo, irredutível a uma única área de saber, dominada por especialistas. O diálogo serve à construção deste conhecimento, pois envolve o estudo das soluções descobertas na prá-

ica dos sujeitos sociais que vivenciam, cotidianamente, os seus desafios. Em outros termos, o diálogo também envolve, da parte da comunidade universitária, o aprendizado de saberes, práticas, métodos, técnicas que se desenvolveram ou se desenvolvem fora da academia. A prática dialógica e intercultural da extensão traz, por consequência, o alargamento das fronteiras epistemológicas do saber acadêmico.

O conceito de interculturalidade aparece mais explicitamente no segundo inciso do artigo sexto das diretrizes nacionais: “estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade”. Dois adjetivos aparecem neste trecho para qualificar o diálogo, “construtivo e transformador”, e dois verbos indicam atitudes diante da interculturalidade: respeitar e promover. Sobre a construção e a transformação por meio do diálogo, trata-se do alargamento de fronteiras epistemológicas discutidas acima. Quanto ao respeito e promover, a junção das duas atitudes indica que o respeito à alteridade cultural, expressa, por exemplo, nas práticas populares e extra-acadêmicas, não é pura “tolerância” em relação ao que poderia ser classificado como superstição, empiria (em sentido pejorativo) ou credulidade. Esta atitude arrogante é substituída pela valorização da riqueza ética, estética, simbólica, epistemológica e/ou filosófica do outro. Por isso, cabe a ideia de promoção da interculturalidade, entendida como meio de fruição mútua, pela academia e pela comunidade externa, dos bens culturais socialmente construídos.

Em história, o princípio do diálogo e da interculturalidade também pode se expressar, por exemplo, no diálogo entre história e memória. A compreensão da pluralidade inerente às versões verossímeis da história, a consideração das histórias de vida, o reconhecimento das memórias individuais e coletivas formam a base ética de um historiador ou uma historiadora que tem compromissos com o diálogo e com a interculturalidade. A sensibilidade (ou habilidade) capaz de reconhecer as identidades e os lugares sociais, étnicos e de gênero construídos em sincronia com a elaboração da memória histórica pode ser promovida por meio de atividades de caráter dialógico que explorem o universo das memórias e das histórias salvaguardadas por comunidades específicas. Muitas vezes, a estas memórias e histórias estão ligados diversos outros modos de conhecimento da realidade e da natureza, expressos de maneira simbólica, alegórica, figurada ou mesmo literal. Assim, o diálogo com as memórias não se separa do diálogo com saberes sobre os mais variados assuntos.

O diálogo e a interculturalidade também se expressam, no âmbito da história, quanto à promoção e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural do país e da região. O respeito e a promoção da alteridade cultural, neste sentido, podem e devem impactar em políticas públicas de valorização das identidades dos grupos que formam a sociedade. A extensão universitária pode e deve ser um agente deste respeito e promoção e, ao mesmo tempo, beneficiária do aprendizado que esta atitude agrega à formação do historiador ou da historiadora. Na prática, este diálogo é materializável nos âmbitos da educação patrimonial e da educação escolar, espaços nos quais atividades específicas de extensão com este tipo de característica devem florescer. Isto se relaciona e está em sintonia com políticas públicas brasileiras relativamente recentes de valorização do legado cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira e, em especial, as culturas e memórias dos afrodescendentes, dos quilombolas, dos indígenas e dos imigrantes, por exemplo. Pode ainda se estender à valorização das memórias e histórias de grupos marginalizados e populares, seja na esfera dos gêneros, das religiosidades, das faixas geracionais ou qualquer outra.

Transformação Social e Institucional:

Uma “novidade” enfatizada pelas diretrizes nacionais da extensão está na ideia de que o papel da extensão não somente se inscreve na transformação da sociedade, compreendida como algo externo à universidade; este papel inclui o próprio contexto universitário como um espaço da sociedade a ser transformado e o primeiro dos espaços a ser transformado. Nos termos da resolução, trata-se do terceiro princípio estruturante referido no artigo quinto: “produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais”. Essa formulação é bastante rica, pois indica os meios da transformação: “construção e aplicação de conhecimentos” e “atividades acadêmicas e sociais”. Vale refletir mais detidamente sobre estes meios de transformação.

É relativamente fácil, por senso comum, entender o papel transformativo da aplicação de conhecimentos, sobretudo, quando se tem em mente conhecimentos de características técnicas. Atividades de extensão nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, por exemplo, podem facilmente e visivelmente transformar a realidade de um bairro ou de uma rua. Atividades das áreas de saúde, como aquelas voltadas ao saneamento básico ou à promoção do bem-estar para comunidades específicas são outros bons exemplos de transformação social por meio da aplicação de conhecimentos. Porém, a aplicação de conhecimentos não deve transformar somente a sociedade, mas a instituição universitária. Neste sentido, um dos seus efeitos mais óbvios é o da maior articulação entre teoria e prática nos projetos pedagógicos dos cursos e, igualmente, nos projetos de pesquisa e de inovação tecnológica. Alguns cursos, como Serviço Social, Direito, Odontologia, Fisioterapia ou Medicina, por exemplo, já fazem esta articulação há muito tempo por meio de atividades de extensão e espaços específicos, como hospitais-escolas, escritórios de assistência jurídica e outros. Contudo, áreas mais teóricas e de ciências “puras”, como a História, possuem maior resistência quanto ao papel da aplicação dos conhecimentos.

A articulação entre teoria e prática, que institui e/ou é instituída por perspectivas de aplicação

o de conhecimentos, entrou fortemente nos projetos pedagógicos dos cursos de História, inclusive nos projetos pedagógicos da Universidade Federal de Uberlândia, por meio das políticas públicas de formação, inicial ou continuada, de professores. A Licenciatura, desde os anos 2000, vem instituindo, por meio de textos normativos e programas específicos, como o PIBID e o Residência Pedagógica, uma atenção especial à prática docente e à vivência do universo escolar no âmbito dos cursos que formam profissionais da educação. Os componentes curriculares instituídos por estas políticas e os programas criados incluem em um forte componente de “aplicação” de conhecimentos que articulem teoria e prática. Por isso, eles abrem espaço, nos projetos pedagógicos de Licenciatura, para atividades extensionistas com foco neste tipo de característica. No caso dos projetos pedagógicos dos cursos de História da UFU, esta articulação entre teoria e prática, envolvendo a aplicação de conhecimentos, também foi adotada no currículo do Bacharelado. Nesse caso, privilegiando aplicação de conhecimentos em ambientes não escolares de formação da consciência histórica, tais como museus, bibliotecas e arquivos.

Se a aplicação de conhecimentos é bastante evidente como instrumento de transformação da universidade e de outros espaços sociais, a construção de conhecimento nem sempre é reconhecida, no senso comum, em seus potenciais transformativos. Ele, entretanto, é muito grande também, mesmo quando não envolve, necessariamente, a aplicabilidade técnica. Novos modos de pensar, sentir e conceber a realidade, estimulados pela reflexão filosófica, teorias científicas ou pela arte, são experiências transformadoras dos sujeitos que atuam no mundo e, portanto, carregam implicações éticas e políticas. A construção de conhecimentos, seja em qualquer área, científica, artística ou tecnológica, é, ao mesmo tempo, a construção de valores e atitudes transformadores e/ou autotransformadores. Referenciar socialmente a construção de conhecimentos, valores e atitudes é um compromisso ético da extensão universitária.

Em história, construir conhecimentos, valores e atitudes transformadores socialmente referenciados não é nenhuma novidade. Esta é uma perspectiva ética e política inerente à profissão. A formação de laços afetivos e da responsabilidade com o público, elementos constitutivos da cidadania e do civismo, são expectativas sociais do trabalho do historiador. A memória nacional, desde o século XIX, investe nesta “missão” da história e a sua própria constituição como disciplina escolar é devedora dos seus papéis “civilizatórios” e “nacionalistas” atribuídos pelo Estado. No limite, a história, de tanto servir aos interesses dos Estados-Nação, foi também largamente manipulada e utilizada no fomento de ideologias totalitárias e governos tirânicos. O patriotismo e o sentimento cívico, confundidos com superioridade racial ou nacional, produziu regimes ditatoriais que jamais se abstiveram em construir as suas próprias versões da história. Isto demonstra o poder subjacente ao trabalho do historiador; poder que pode ser colocado a serviço da liberdade ou da dominação; da democracia ou do autoritarismo. Na perspectiva de um estado democrático, a produção de conhecimentos, valores e atitudes transformadoras deve estar comprometida com os princípios da liberdade, da justiça e dos direitos humanos, tendo como referências a verossimilhança e a honestidade intelectual, repudiando-se toda forma de censura ou tentativa de silenciamento da reflexão crítica e da verdade dos fatos.

Numa época, como a nossa, de revisionismos irresponsáveis e da instituição de mecanismos da “pós-verdade”, a construção de conhecimentos, valores e atitudes por meio de sério e rigoroso trabalho de metodologia histórica é urgente e de enorme interesse público. A extensão é lugar privilegiado para esta construção. Debater publicamente temas da história do Brasil e do Mundo é um modo eficaz de colaborar para a transformação, para melhor, das realidades nacional e global. Qualificar este debate por meio de instrumentos teóricos, metodológicos e práticos da história é possível e desejável. No âmbito da formação e das práticas institucionais, este debate público fortalece o compromisso social e a referencialidade dos cursos de história, seja na graduação ou na pós-graduação, aproximando os historiadores das questões mais urgentes da contemporaneidade.

Formação Integral, Cidadã, Interprofissional e Interdisciplinar:

A formação integral, cidadã, interprofissional e interdisciplinar é um princípio que praticamente se desdobra a partir dos outros três. Este é o resultado que se espera para a formação universitária daqueles sujeitos que foram envolvidos em atividades de extensão e que desenvolveram ensino-aprendizagem e pesquisa tendo como horizonte a sua socialização. As diretrizes nacionais são ricas na explicitação deste paradigma formativo. Primeiro, no artigo quinto ele assim se expressa: “a formação cidadã dos estudantes, marca-da e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular”. Este princípio institui um dos elementos mais marcantes das diretrizes: a obrigatoriedade de carga horária de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação. Em outros termos, ele busca garantir que todo profissional de educação superior seja formado de modo socialmente referenciado, sendo a extensão um instrumento desta “formação cidadã”. Não basta formar profissionais técnica ou academicamente competentes em suas áreas, mas é igualmente necessário que esta competência esteja voltada ao enfrentamento responsável dos complexos problemas sociais, o que só é possível, por sua vez, quando se adota uma postura interdisciplinar e interprofissional.

A medicina, a história, a engenharia ou qualquer outro campo disciplinar ou profissional, isoladamente, não são áreas capazes de resolver todos os problemas da humanidade. Uma sociedade só de médicos não constrói nem mesmo hospitais... Uma sociedade de engenheiros constrói escolas, mas não

é capaz de ensinar outra coisa que não seja engenharia e, sem a matemática ou a física, ela não pode ser ensinada... A história pode ser muito útil para a construção de identidades e referências de mundo, mas não trará jamais a cura para o câncer, nem a novas tecnologias para combustíveis menos poluentes da atmosfera... As descobertas e invenções importantes que marcam a humanidade, sobretudo, na era moderna pós-industrial, demanda o conhecimento de especialistas. Porém, suas realizações se dão graças à interação entre as suas áreas de conhecimento e as suas profissões. A cura do câncer, por exemplo, está ligada fortemente a saberes da química, da medicina e da biologia, mas também envolve desenvolvimento de máquinas e aparelhos e o entendimento dos contextos sociais, ambientais e psíquicos nos quais a doença se desenvolve. No conjunto dos elementos que compõem a realidade, a interação e a integração de especialistas em diferentes áreas é necessária.

Na extensão, a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade são exercidas para que as próprias atividades possam ter o impacto social almejado e, assim, permitirem também a formação de profissionais sensíveis aos papéis do outro e do trabalho coletivo em equipes para o alcance de seus objetivos. No âmbito das Licenciaturas, é fundamental, por exemplo, que o professor de história compreenda a relação do seu trabalho com aquela dos professores das demais áreas que atuam na escola e com os demais profissionais presentes na dinâmica escolar, tais como diretores, supervisores, secretários, técnicos, nutricionistas, psicólogos e outros. No âmbito do Bacharelado em História, é importante que o historiador saiba reconhecer os papéis dos arquivistas, dos museólogos, dos arqueólogos, dos arquitetos ou dos bibliotecários, por exemplo, em instituições voltadas à preservação do patrimônio histórico. Na vivência dos seus conhecimentos em atividades de extensão, o historiador ou a historiadora em formação deve ser estimulado a interagir e a se integrar a estes outros profissionais que compõem o seu contexto complexo de atuação. Assim, ele ou ela poderá compor uma “visão de totalidade” implicada no seu fazer específico, à qual o valor social de sua prática é sempre relativo. Esse é o paradigma da “formação integral” para o qual a extensão tem enorme valor.

Extensão na pós-graduação e inserção social:

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais:

Os princípios da extensão aqui esboçados não podem ser encarados como “mandamentos” ou preceitos morais a serem cegamente seguidos. Eles são orientações que estruturam um paradigma de formação ancorado na ética e na responsabilidade social dos profissionais de educação superior. A universidade é uma política pública que visa instituir este paradigma formativo. Quando se faz a defesa da universidade pública, nos moldes da Constituição de 1988 e da LDBEN, conquistas importantes da redemocratização do país, é este paradigma de formação superior que se procura defender. Não são as instituições ou os prédios que o materializam, mas as missões e os objetivos que lhes conferem sentido. A extensão é um dos três elementos constitutivos deste modelo e o seu entendimento precisa ser claro, conforme as perspectivas éticas e políticas que a informam.

A formação de historiadores e historiadoras, conforme este paradigma, deve estar atenta aos papéis da extensão para a referenciação social da construção e aplicação dos conhecimentos, para a adoção de uma perspectiva dialógica e intercultural de formação, para a sua articulação com o ensino e a pesquisa e para a construção da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, buscando a formação integral e cidadã. A extensão não pode ser encarada como um apêndice da formação. Deve estar devidamente inserida nas matrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e presente no conceito de inserção social da pós-graduação. Deve ser prática regular, constante, sistemática e planejada, prevista no plano de trabalho dos docentes e no cotidiano da vida universitária dos discentes. Ela, quando inexistente ou fraca, deve ter sua falta sentida na universidade, caso contrário, seria o sintoma de que o modelo de formação oferecido não está condizente com aquele que se espera dela conforme os atos deliberativos que a instituíram como política pública.

Reconhecemos que será necessário reunir esforços para a ampliação da institucionalização da extensão no Instituto de História, principalmente, no que se refere à pós-graduação e à curricularização da extensão, mas, consideramos que essa primeira versão do PEX que estamos entregando à comunidade acadêmica e extensionista sirva como um caminho para facilitar essa experiência.

10. ELEMENTOS PÓS TEXTUAIS

Responsáveis pela construção do documento:

- Guilherme Amaral Luz;
- Iara Toscano Correia;
- Ivete Batista da Silva Almeida
- Nayara Rosa Diniz Rocha
- Raphael Bahia do Carmo
- Thiago Lenine Tito Tolentino

Outras informações:

11. REFERÊNCIAS

Bases legais, referências e normativas:

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE - e dá outras providências. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução no 07 de 19 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 e dá outras providências. Brasília, DF. 2018.

FERREIRA, Denilson Carrijo. A Extensão na Universidade Federal de Uberlândia: uma proposta avaliativa. Dissertação. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, 2021. (Mestrado em Gestão Organizacional)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. Resolução no. 6/2017 de 05 de maio de 2017. Aprova a criação da Coordenação de Extensão do Instituto de História e dá outras providências. Uberlândia, 2017

Conselho Universitário. Resolução no 25/2019 de 26 de novembro de 2019. Dispõe sobre a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia.

. Conselho de Graduação. Resolução 13/2019, de 18 de outubro de 2019. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia e altera as resoluções no 15/2011 e no 15/2016. Uberlândia, MG. 2019.

. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução 05 de 2020. Aprova as orientações para a sistemática de elaboração do Plano de Extensão da Unidade (PEX), conforme estabelece a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG. 2021

Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução 06/2020. Dispõe sobre a sistematização da Extensão no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG. 2021.

. Conselho de Graduação. Resolução nº 39/2022 - CONGRAD/UFU de 14 de fevereiro de 2022. Regulamenta a operacionalização das ACE nos PPP dos cursos em articulação com o PEX e dá outras providências. Uberlândia, MG, 2022.

. Conselho do Instituto de História. Resolução nº 1/2014 de fevereiro de 2014. Constitui a Coordenação de Extensão do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia, MG., fevereiro de 2014.

Conselho do Instituto de História. Resolução nº 2/2014 de fevereiro de 2014. Estabelece normas para a organização e funcionamento da coordenação de extensão no Instituto de História (COEXT-INHIS) e dá outras providências. Uberlândia, MG., fevereiro de 2014.

Conselho do Instituto de História. Resolução n. 17/2022 de outubro de 2022.

12. ANEXOS

- I - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº ###)
- II - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº ###)
- III - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº ###)

Bases legais para construção do PEX:

- 1 - Resolução nº 7/2018 - CNE/MEC
- 2 - Resolução nº 25/2019-CONSUN/UFU
- 3 - Resolução nº 13/2019 - CONGRAD/UFU
- 4 - Resolução nº 5/2020 - CONSEX/UFU
- 5 - Resolução nº 6/2020 - CONSEX/UFU



Documento assinado eletronicamente por **Iara Toscano Correia, Presidente**, em 20/06/2023, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivete Batista da Silva Almeida, Membro de Colegiado**, em 20/06/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Rosa Diniz Rocha, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Bahia do Carmo, Membro de Colegiado**, em 20/06/2023, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Lenine Tito Tolentino, Membro de Colegiado**, em 22/06/2023, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Amaral Luz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/06/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4580883** e o código CRC **B6900B3A**.